

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DE
DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES
GRI EM EMPRESAS PORTUGUESAS

Beatriz Nel Baptista

Lisboa, Janeiro de 2022

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DE DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES GRI EM EMPRESAS PORTUGUESAS

Beatriz Nel Baptista

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Análise Financeira, realizada sob a orientação científica de Professora Especialista Maria Carlos da Paixão Sequeira de Mourato Annes.

Constituição do Júri:

Presidente - Professora Doutora Maria João Ferro

Vogal - Professor Doutor Joaquim Ferrão

Vogal - Professora Especialista Maria Carlos Annes

Lisboa, Janeiro de 2022

Agradecimentos

Um dos meus objetivos era realizar a presente dissertação que seria uma grande etapa no meu percurso acadêmico. A sua concretização só foi possível com muito trabalho, esforço e dedicação. Trata-se de um processo muito solitário, onde o apoio de diversas pessoas teve uma enorme importância, sobretudo durante a pandemia do Covid-19 que afetou a vida no geral. Passei momentos extremamente difíceis e desafiantes, onde facilmente poderia ter desistido. No entanto, o meu sentido de resiliência não o permitiu.

Gostaria de agradecer à professora Maria Carlos Annes, por ter aceite este desafio e pela sua orientação, que foi essencial para a concretização deste trabalho.

Um agradecimento do tamanho do mundo à minha Mãe e ao Mê, pelos valores transmitidos que ajudaram a tornar-me na pessoa que sou hoje, pelo apoio constante que me dão para eu alcançar os meus objetivos e por serem a minha eterna inspiração e fonte de coragem. Sobretudo à minha mãe, por tudo o que fez por mim, a quem devo tudo.

À minha família, pela paciência e compreensão. À minha avó Francelina, por todo o apoio e carinho, que foram fundamentais para me fortalecer no meu percurso. Às minhas irmãs, Nini e Nonô, por me motivarem a ser a vossa inspiração e por me mostrarem que a vida é bonita.

Um agradecimento especial às minhas queridas amigas do coração, Pipa, Filipa e Madalena, que foram dos pilares mais importantes nesta etapa da minha vida. Agradeço por todo o amor, paciência, ajuda e motivação. Sabem que fazem parte da “minha família”.

Obrigada a todos, que sempre acreditaram em mim.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo contribuir para a revisão de literatura acerca da sustentabilidade e da importância que é atribuída à divulgação de informação presente em indicadores de sustentabilidade, baseados nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). O estudo foi aplicado a 43 empresas da base de dados da GRI entre 2015 e 2020, recorrendo à leitura e análise dos relatórios anuais e de sustentabilidade.

Através das técnicas estatísticas univariada e bivariada, procedeu-se à análise do grau de divulgação dos indicadores GRI, e da correlação entre estes e a dimensão e rentabilidade das empresas. Adicionalmente, procedeu-se à análise da forma como os relatórios de sustentabilidade são divulgados e do nível de aplicação GRI utilizado.

A pertinência do tema prende-se com o aumento da importância da sustentabilidade nos últimos tempos, sendo um dos principais desafios à escala global atingir o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio entre os seus três pilares: económico, ambiental e social.

Das análises, conclui-se que num total de 85 indicadores, apenas 36 são divulgados em 2015, sendo 35 em 2016. Em 2017 são divulgados 39 indicadores, aumentando para o máximo em 2018 (42 indicadores). Em 2019 o número de indicadores divulgados diminui para 38, mantendo-se no ano de 2020. Estes resultados demonstram que a divulgação aumenta em 2017/2018 com a implementação da Diretiva n.º 2014/95/UE, diminuindo em 2019 e 2020 possivelmente consequência dos efeitos da pandemia do Covid-19.

Verificou-se que a divulgação dos indicadores GRI é influenciada pela dimensão e que a rentabilidade não influencia a mesma.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Relatórios de Sustentabilidade, Global Reporting Initiative (GRI)

Abstract

This dissertation aims to contribute to the literature review about sustainability and the importance that is attributed to the disclosure of information present in sustainability indicators based on the Global Reporting Initiative (GRI) guidelines. The study was applied to 43 companies from the GRI database between 2015 and 2020, through reading and analysis of annual and sustainability reports.

Through univariate and bivariate statistical techniques, it was analyzed the degree of disclosure of the GRI indicators, as well as the correlation between them and the size and profitability of companies. Additionally, it was analyzed the way in which sustainability reports are disclosed and the level of GRI application used.

The relevance of the theme is related to the increasing importance of sustainability in recent years, being one of the main challenges on a global scale to achieve sustainable development and the balance between its three pillars: economic, environmental and social.

From the analyses, it is concluded that out of a total of 85 indicators, only 36 are released in 2015, being 35 in 2016. In 2017, 39 indicators are released, increasing to the maximum in 2018 (42 indicators). In 2019, the number of indicators decreases to 38, staying the same in 2020. These results show that disclosure increases in 2017/2018 with the implementation of Directive 2014/95/UE, decreasing in 2019 and 2020 possibly because of the effects of the Covid-19 pandemic.

It was found that the disclosure of GRI indicators is influenced by the dimension and that profitability does not influence it.

Key Words: Sustainable Development, Sustainability, Sustainability Reports, Global Reporting Initiative (GRI)

Índice

1	Introdução.....	1
2	Revisão de Literatura.....	4
2.1	Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade	4
2.2	Responsabilidade Social Empresarial.....	7
2.3	Ética empresarial	9
2.4	Relatórios de Sustentabilidade	11
2.5	Global Reporting Initiative (GRI)	13
2.5.1	Princípios GRI.....	15
2.5.2	Diretrizes e Normas.....	16
2.5.3	Indicadores de desempenho	20
2.5.4	Níveis de aplicação	23
2.6	Agenda 2030 – ODS.....	24
2.7	Estudos relevantes sobre o tema.....	26
3	Metodologia.....	30
3.1	Objetivo e questões de investigação	30
3.2	Descrição dos dados e da amostra	31
3.3	Métodos de análise de dados	33
3.3.1	Análise de conteúdo	33
3.3.2	Análise univariada.....	34
3.3.3	Análise bivariada.....	35
4	Resultados, Análise e Discussão dos dados	35
4.1	Análise univariada.....	36
4.1.1	Graus de divulgação.....	36

4.1.2 Índices de divulgação.....	49
4.2 Análise bivariada.....	53
4.2.1 Relação entre o grau de divulgação geral GRI e a dimensão das empresas	54
4.2.2 Relação entre o grau de divulgação geral GRI e a rentibilidade das empresas	55
4.3 Divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade	56
4.4 Nível de aplicação GRI	57
5 Conclusões.....	59
6 Referências bibliográficas	65
7 Apêndices	70

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 Indicadores de desempenho económico	20
Tabela 2.2 Indicadores de desempenho ambiental	21
Tabela 2.3 Indicadores de desempenho social	22
Tabela 4.1 Grau de divulgação de indicadores económicos.....	37
Tabela 4.2 Média percentual dos graus de divulgação económico	39
Tabela 4.3 Grau de divulgação de indicadores ambientais	40
Tabela 4.4 Média percentual dos graus de divulgação ambiental	42
Tabela 4.5 Grau de divulgação de indicadores sociais – Práticas Laborais e Condições de Trabalho.....	43
Tabela 4.6 Grau de divulgação de indicadores sociais – Direitos Humanos.....	45
Tabela 4.7 Grau de divulgação de indicadores sociais – Sociedade	46
Tabela 4.8 Grau de divulgação de indicadores sociais – Responsabilidade pelo Produto ..	47
Tabela 4.9 Média percentual dos graus de divulgação social.....	48
Tabela 4.10 Índice de Desempenho Económico	50
Tabela 4.11 Índice de Desempenho Ambiental.....	50
Tabela 4.12 Índice de Desempenho Social.....	51
Tabela 4.13 Índice Geral de Divulgação	52
Tabela 4.14 Relação entre o grau de divulgação GRI e a dimensão das empresas	54
Tabela 4.15 Relação entre o grau de divulgação GRI e a rendibilidade das empresas	55
Tabela 4.16 Divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade.....	56

Lista de abreviaturas

APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial

AT – Ativo Total

BCSD – Business Council for Sustainable Development

CERES – Coalition for Environmentally Responsible Economies

GEE – Gases com Efeito de Estufa

GRI – Global Reporting Initiative

IDA – Índice de Desempenho Ambiental

IDE – Índice de Desempenho Económico

IDS – Índice de Desempenho Social

IGD – Índice Geral de Divulgação

ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade de Lisboa

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

RC – Relatório e Contas

RCP – Rendibilidade dos Capitais Próprios

RS – Relatório de Sustentabilidade

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

UNEP – United Nations Environment Programme

1 Introdução

De forma a obter o grau de Mestre em Análise Financeira, através do Instituto de Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), realiza-se a presente dissertação de mestrado com o título “Sustentabilidade: análise de divulgação dos indicadores GRI em empresas portuguesas”.

O estudo realizado incide sobre a temática do desenvolvimento sustentável que tem sido alvo de importantes debates mundiais, não só na esfera ambiental e social, mas também na esfera política, económica e empresarial.

Torna-se necessário esclarecer que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu somente no final do século XX, através de uma corrente económica que defendia que o equilíbrio ecológico, a preservação da vida e do planeta devem ser protegidos. Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, através do Relatório Brundtland, definiu como desenvolvimento sustentável aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras (Bastos, 2017).

É através do desenvolvimento sustentável que se consegue atingir o equilíbrio entre os pilares económico, social e ambiental. Este equilíbrio é um dos maiores desafios à escala global, e é fundamental para a proteção das gerações futuras e para a harmonização das necessidades das gerações atuais.

A sustentabilidade tem sido um foco crucial na forma como as empresas atuam nos mercados e também perante a sociedade, transformando-as, reestruturando-as e levando-as a adotarem novas ideias, ferramentas e negócios que permitem diminuir o seu impacto ambiental e social e melhorar a sua performance organizacional e económica. O facto de a sustentabilidade ser um tema bastante atual e de discussão mundial, torna essencial que as empresas considerem nas suas estratégias de longo prazo, de clientes e de todos os *stakeholders*. As empresas enfrentam desafios e riscos à escala local e global que devem ser tidos em conta na forma como atuam e se adaptam à realidade.

Neste contexto surge o Relatório de Sustentabilidade que é definido como sendo a «prática de medir e divulgar o desempenho organizacional enquanto se trabalha rumo ao desenvolvimento sustentável.» (GRI, 2006). Assim, é nos mesmos que as organizações

devem medir, divulgar e prestar informações acerca do seu desempenho a nível de sustentabilidade, e é no mesmo que se devem encontrar relatados os impactos positivos e negativos a nível económico, ambiental e social da entidade.

A razão fundamental para se elaborarem relatórios de sustentabilidade prende-se com o facto de a visão dos agentes económicos ter vindo a alterar-se ao longo dos últimos tempos. Os mesmos levam em conta os aspetos responsáveis e sustentáveis que permitem garantir toda a envolvente ambiental, económica e social.

O modo como a informação não financeira solicitada é divulgada pode ser realizada através do referencial que a empresa achar mais conveniente. Contudo, atualmente, destacam-se as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) – na versão mais recente *Standards* - que servem de referência para a maioria das empresas portuguesas. Estas diretrizes auxiliam na identificação e reporte de todas as temáticas que são significativas na avaliação e decisão dos *stakeholders* e que representam impactos económicos, ambientais e sociais.

A escolha do tema prendeu-se com a atualidade do mesmo e com o aumento da importância que o desenvolvimento sustentável tem tido ao longo dos últimos anos a nível global, tornando-se um desafio não só para a sociedade, mas também para a esfera empresarial.

A questão da sustentabilidade tem tido um impacto crescente a nível global e empresarial, tendo um peso fundamental na estratégia e na atividade desenvolvida pelas organizações, sendo um fator impulsionador na criação de valor e no sucesso das mesmas.

Uma das principais razões na seleção do tema a estudar também foi o facto de ser um tema pouco explorado ao nível do setor financeiro, existindo escassos estudos e artigos sobre o mesmo.

Através do presente estudo, pretende-se adquirir evidências empíricas da divulgação de informação acerca do desenvolvimento sustentável, nos anos de 2015 a 2020 pelas empresas portuguesas presentes na base de dados da GRI.

O objetivo geral deste estudo é fortalecer a revisão de literatura acerca do tema abordado, complementando-a com alguns objetivos específicos que se focam em:

- Identificar o número de empresas que possui Relatório de Sustentabilidade (RS) e a forma como o divulgam –independente ou dependente do Relatório e Contas (RC);

- Analisar o grau de aplicação GRI e os respectivos indicadores económicos, ambientais e sociais; e
- Identificar a relação existente entre o grau de aplicação GRI e a dimensão das empresas, assim como entre a rendibilidade das mesmas.

A dissertação é composta por 5 capítulos.

O primeiro capítulo introduz o tema do estudo, de modo a fornecer um conhecimento geral sobre o mesmo, e é onde se encontra a pertinência da investigação tal como os objetivos da mesma.

No segundo capítulo realiza-se o enquadramento teórico e a revisão de literatura dos temas relevantes para a investigação, que são divididos em: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, responsabilidade social empresarial, ética empresarial, Global Reporting Initiative – definição, princípios, diretrizes e normas, indicadores de desempenho e níveis de desempenho –, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030, e outros estudos relevantes sobre o tema.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia e as questões da investigação, o método de recolha de dados e a determinação da amostra do estudo.

No quarto capítulo apresentam-se os resultados obtidos e a sua interpretação, análise e discussão.

Para terminar, no quinto capítulo encontram-se as conclusões da investigação, as limitações do estudo e sugestões para futuras investigações.

2 Revisão de Literatura

2.1 Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

A origem do conceito de Desenvolvimento Sustentável remonta ao século passado através da conceção do termo Sustentabilidade, estando este relacionado com a luta pela justiça social, com o conservacionismo, internacionalismo e outros movimentos populacionais pertencentes ao passado (BCSD, 2021).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, através do Relatório da Comissão de Brundtland conhecido como “*Our common future*”, definiu como desenvolvimento sustentável aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras (Bastos, 2017). Ou seja, o Homem deve saber gerir os recursos naturais que tem ao seu dispor para que o consumo presente e as necessidades de hoje se ajustem à capacidade de renovação dos mesmos de forma a garantir que não se esgotam para que satisfaçam as necessidades futuras (BCSD, 2021).

Em 1992, surge no Rio de Janeiro a Cimeira da Terra que deu origem aos documentos que mais contribuíram para consolidar os pilares que convencionam o conceito de desenvolvimento sustentável, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (Gomes, 2016). Entre eles, a Agenda 21 e a Declaração do Rio que constituem a base da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável pelos governos e a base de envolvimento por parte das Organizações Não Governamentais (ONG) (Bastos, 2017).

Em 2002, foi realizada na África do Sul a Cimeira de Joanesburgo onde se formou um plano de implementação de ações baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que consistiam, sobretudo, em erradicar a pobreza, alterar padrões de produção e consumo, proteger e gerir os recursos naturais e proteger a saúde (Marques, 2019).

Em 2012, realizou-se novamente a Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, conhecida como Rio+20, com o objetivo de se estabelecerem medidas para contribuir para o desenvolvimento sustentável presentes no documento “*The future we want*” onde o envolvimento dos Estados e Governos é reafirmado (Franco, 2015). É através desta cimeira que são lançados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que viriam a substituir os ODM,

propondo-se 17 objetivos e 169 metas e tornando-se na base de ação conjunta da comunidade internacional e dos governos até 2030 (Bastos, 2017).

Em 2015, surge a Agenda 2030 que consiste numa agenda global para o desenvolvimento sustentável e onde são identificados as metas e o plano de ação para os ODS a serem realizados até esse ano (Bastos, 2017), de forma a alcançar um objetivo mais tangível e comprometedor para todos os envolvidos (Marques, 2019). A Agenda 2030 é abordada e detalhada no Capítulo 2.6.

É através do desenvolvimento sustentável que se consegue atingir o equilíbrio entre os seus três principais pilares: económico, social e ambiental. Este equilíbrio é um dos maiores desafios à escala global, e é fulcral para que os objetivos mundiais e locais se atinjam de forma a proteger as gerações futuras e harmonizar as necessidades das gerações atuais (Cravo, 2018).

De acordo com Cabo (2019), as três dimensões, constituídas pelos três pilares da sustentabilidade, originam o *Triple Bottom Line* que se traduz em “*People, Profit and Planet*”. Este conceito foi introduzido por John Elkington em 1990 e é utilizado para avaliar o sucesso das organizações em termos sustentáveis, sendo pretendido que as três dimensões se encontrem em constante equilíbrio.

Os três pilares da sustentabilidade acima mencionados podem descrever-se da seguinte forma:

- **Social**

O pilar social está relacionado com as pessoas (capital humano), no sentido em que estas devem ser levadas em consideração na persecução das atividades desenvolvidas pelas organizações. Deve existir uma preocupação ética perante a inclusão social, a saúde e segurança, a qualidade de vida, os direitos humanos e os direitos dos trabalhadores (Costa, 2019).

Este pilar pode ser sustentado através da criação de novas oportunidades de negócio baseadas em mecanismos, políticas e leis internas que vão de encontro às necessidades existentes, permitindo proporcionar melhorias sociais a nível interno e externo. Para tal, as organizações devem também repensar as relações laborais, a sua cultura, os seus valores e o seu impacto

na sociedade, assim como criar condições de trabalho que visem a segurança e a saúde de todos. Deve existir o respeito pelo ser humano e pelos seus direitos, e consideração pelo desenvolvimento do capital humano e pela igualdade de oportunidades (Dias, 2015).

- **Económico**

O pilar económico, segundo Dias (2015), está relacionado com a atividade principal das organizações e com as condições económicas e financeiras que as mesmas podem atingir de forma sustentável, permitindo criar valor perante todos os *stakeholders* e maximizando a sua viabilidade financeira a longo prazo.

Costa (2019) defende que esta dimensão pode ser atingida através da modernização contínua das atividades e do negócio da organização, assim como pela maximização da utilização dos recursos utilizados.

A dimensão económica deve ser sempre acompanhada de métodos e técnicas de negócio que tenham como base o desenvolvimento sustentável (Roma, 2016), considerando a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade em conformidade com os sistemas envolventes, devendo existir uma relação inerente e equilibrada entre a organização e os ecossistemas que a rodeiam (Santos & Baptista, 2016).

- **Ambiental**

O pilar ambiental está relacionado com os impactos no meio ambiente, a curto e a longo prazo, com a utilização dos recursos naturais e com a preservação ambiental. Através deste pilar, as organizações devem ter o objetivo de minimizar o seu impacto ambiental, respeitando as limitações naturais (Costa, 2019) e recorrendo a estratégias inovadoras e a ações de boas práticas que reduzam os impactos negativos da sua atividade (Dias, 2015).

De acordo com Carvalho (2020), o desenvolvimento sustentável só pode ser atingido quando os três pilares evoluem harmoniosamente de forma ecologicamente correta (pilar ambiental), economicamente viável (pilar económico) e socialmente juntos (pilar social). As organizações que conseguirem coordenar os seus objetivos com estes três pilares da sustentabilidade, pode-se dizer que terão um desempenho sustentável (Fernandes, 2019).

As organizações devem ter preocupação com a produção e o consumo existente na sua atividade, devendo estes ser sustentáveis e respeitar as necessidades e a preservação do

ecossistema (Kuffour, 2019). Assim, segundo o autor, as organizações devem diminuir ao máximo o seu impacto no meio ambiente e adaptar o seu negócio de forma a amenizar esses mesmos impactos e a compensar o que não for possível mitigar.

Para Galleli (2017, p.35) «uma visão equilibrada a respeito de como articular e fazer uso dos recursos [...] é essencial para se garantir às gerações futuras uma sociedade economicamente próspera, regida por princípios de justiça e com melhores qualidades ambiental e de vida», dado que a articulação entre os três pilares da sustentabilidade é fulcral para a qualidade económica, social e ambiental da vida destas gerações.

Um dos objetivos da Constituição Europeia e dos Tratados da União Europeia, é que as políticas económicas, sociais e ambientais sejam abordadas de forma integrada e que promovam o seu equilíbrio a nível individual e em conjunto. Assim, a adoção de práticas de políticas de sustentabilidade acaba por se tornar um fator diferenciador e de valorização das organizações nos diversos mercados, pois demonstra que a longo prazo existe o objetivo de dar continuidade às atividades operacionais, financeiras e económicas, em linha com a sustentabilidade do planeta (Parlamento Europeu, 2014).

À medida que as organizações lutam pelo seu posicionamento nos mercados em constante mudança, as mesmas entendem que o negócio em si já não faz diferença como antigamente, sendo que atualmente é a estratégia baseada no desenvolvimento sustentável e no equilíbrio financeiro, ambiental e humano que as posiciona de forma vantajosa no meio onde atuam (Alshehhi, Nobanee & Khare, 2018).

Segundo Rodrigues (2019), a sustentabilidade deixou de ser uma opção para as organizações, passando a ser um ponto de estratégia e de sobrevivência, devido à necessidade de maior transparência no mercado face aos *stakeholders* e à necessidade de criar novas ideias e estratégias para alcançar efeitos positivos e acrescentar valor face às preocupações a nível global. Deste modo, reconhecem as preocupações ambientais e sociais na definição da sua estratégia para praticar um desenvolvimento sustentável.

2.2 Responsabilidade Social Empresarial

Existe um parecer comum definido pela Norma Internacional ISO 26000 (2010, p.4) que identifica a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como a «responsabilidade de uma

organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente», sendo que as ações que as organizações tomam refletem-se na avaliação do seu desempenho e na viabilidade do seu negócio a longo prazo.

Segundo o Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias (2001, p.4) «A responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo». Assim, este conceito está diretamente relacionado com o desenvolvimento sustentável, uma vez que é a partir dele que as organizações adaptam os seus objetivos, a sua atuação no mercado e as suas estratégias, tendo por base os três pilares de sustentabilidade.

A RSE materializa-se em duas dimensões: interna e externa. De acordo com Santos (2020), a dimensão interna diz respeito às práticas socialmente responsáveis, como o investimento em capital humano, a gestão dos recursos humanos, a promoção da saúde e da segurança no local de trabalho, e a gestão dos recursos naturais a longo prazo no decorrer da atividade empresarial. Por sua vez, como referido em Figueiredo (2018), a dimensão externa diz respeito às relações com o meio externo – com os *stakeholders* e com a sociedade no geral como comunidades locais, parceiros comerciais, fornecedores e consumidores –, com os direitos humanos e com as preocupações ambientais a nível global.

Segundo a revista anual da Business Council for Sustainable Development (BCSD) (2005), a adoção da RSE permite às organizações alcançar diversas vantagens, como:

- Antecipar problemas e prevenir riscos inerentes à atividade que podem causar danos na sua imagem e na sobrevivência;
- Reduzir os custos inerentes à atividade, como diminuir o consumo de recursos naturais e a gestão de resíduos produzidos;
- Alcançar um maior nível de inovação através das oportunidades e da criatividade proporcionadas, traduzindo-se num maior valor acrescentado;
- Posicionar a empresa face às necessidades dos consumidores, permitindo a sua diferenciação face à concorrência e potenciando o valor da sua marca;

- Melhoramento da imagem e reputação no mercado onde se insere, permitindo alcançar novas oportunidades; e
- Aumentar a performance económica e financeira.

Com a globalização e o mundo em constante mudança, as organizações têm sido motivadas a focarem-se nas questões de RSE pois estas formam os elementos diferenciadores para o seu sucesso. É fundamental que a RSE seja positivamente coordenada com a estratégia das organizações de modo a alcançarem um impacto significativo na sociedade e reforçarem a sua competitividade a longo prazo (Dias, 2015).

Para Marujo & Miranda (2016) as organizações procuram a excelência através da sua resposta aos desafios provenientes do desenvolvimento sustentável, adotando condutas coerentes e transparentes na criação de valor para os seus *stakeholders*. Deste modo, a RSE começou a ser encarada como um investimento, e não como um custo, uma vez que se foi tornando um ponto chave no sucesso das organizações a longo prazo (Roma, 2016).

Assim, as organizações são impulsionadas a criar uma imagem positiva perante os seus *stakeholders* para que seja possível obterem uma vantagem competitiva no mercado onde atuam (Dinis, 2020).

2.3 Ética empresarial

No final do século XX e início do século XXI, algumas organizações realizaram práticas antiéticas e ilegais que levaram à incerteza sobre a sua imagem e os seus produtos e/ou serviços perante a sociedade, facto este que, posteriormente, levou à perda de mercado, ao encerramento de atividades e ao desemprego. Foi nesta altura que cresceu a consciência da cidadania, por parte da sociedade das organizações, a nível de consciência ecológica, do aumento da competitividade dos mercados e da exigência de produtos e serviços produzidos de forma ética e sustentável (Santos, 2020).

O foco principal de uma organização deverá ser o desenvolvimento das suas atividades ao menor custo de modo a obter o maior lucro possível. Para que isso seja exequível, os objetivos devem ser bem definidos, sendo que os mesmos serão alcançados dependendo da conduta ética que cada indivíduo possui dentro da organização. As decisões que os indivíduos tomam estão relacionadas com a ideia do que é bom ou mau, certo ou errado,

moral ou imoral, que pode provir de inspirações éticas como a religião ou a consciência do indivíduo (Roma, 2016).

A responsabilidade social é intrínseca a comportamentos éticos que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, sendo que a base da responsabilidade social é a ética empresarial que se manifesta através de princípios e valores adotados pela organização (Santos, 2020).

A ética empresarial promove a legalidade, a humanidade, a transparência, os valores e a responsabilidade social que permitem promover melhores condições para a tomada de decisão, quer a nível individual quer a nível organizacional. Esta trata-se de um compromisso que permite às organizações potenciar a inovação, o seu crescimento económico e social, assim como a sustentabilidade das mesmas (Passos, 2017).

A sustentabilidade empresarial é alcançada pela forma como as organizações atuam de forma eticamente responsável (Louro, 2018).

Para Dias (2015), a responsabilidade ética engloba comportamentos e atividades que não estão definidos na lei e representa a obrigação das empresas atuarem de forma certa, justa e equitativa, de modo a evitar e a minimizar malefícios para os *stakeholders*.

De acordo com Figueiredo (2018), a ética presente nos procedimentos das organizações tem vindo a assumir uma ênfase cada vez maior na sociedade, uma vez que o papel dos *stakeholders* encontra-se diretamente ligado à ética da RSE no sentido em que a excelência empresarial depende das relações com todas as partes interessadas e com a sustentabilidade económica, social e ambiental.

Em Portugal, a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), fundada em 2002, tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da ética nas práticas de gestão e no meio envolvente das organizações. Uma das suas áreas de atuação é a normalização nacional e internacional, participando no desenvolvimento da ISO 26000 –Responsabilidade Social. Para a APEE a responsabilidade social deve ser reconhecida como uma consequência da aplicação prática da ética na organização (Botelho, 2019).

De acordo com o site da APEE, a mesma auxilia na criação e apoio de um modelo de desenvolvimento sustentável baseado em princípios e valores éticos. Estes são baseados na

esfera ambiental, que assenta na harmonia com o planeta Terra e com os seus recursos, na esfera social, que assenta na inclusão e na diversidade, e na esfera económica, que assenta na criação de valor para os *stakeholders* que têm um papel essencial na responsabilidade social (APEE, 2021).

2.4 Relatórios de Sustentabilidade

A par do desenvolvimento sustentável e a sua crescente importância numa sociedade globalizada, surgiu a necessidade de existir um relato referente à responsabilidade social, ambiental e económica para além do relato tradicional ou financeiro (Louro, 2018).

O RS é definido como sendo a «prática de medir e divulgar o desempenho organizacional enquanto se trabalha rumo ao desenvolvimento sustentável» (GRI, 2006, p. 41). Assim, os RS pretendem medir, divulgar e prestar informações acerca do desempenho da organização a nível de sustentabilidade, e é o local onde se devem encontrar relatados os impactos positivos e negativos a nível económico, ambiental e social da entidade ao longo do ano.

Através da Diretiva 2014/95/UE iniciou-se um novo ciclo no relato de informação não financeira, onde se inclui o relato de sustentabilidade, onde é designada a obrigatoriedade das empresas divulgarem informações não financeiras que comprovem o seu empenho e compromisso com a responsabilidade social (Botelho, 2019). Esta Diretiva veio indicar que este tipo de relatório deve ser obrigatoriamente elaborado por todas as empresas com mais de 500 colaboradores, cotadas em bolsa, bancos, seguradoras e outras entidades indicadas pelos Estados-Membros conforme o seu tipo de atividade, dimensão e número de colaboradores (Ribeiro, 2019).

O Decreto-Lei n.º 89/2017, que transpõe a Diretiva n.º 2014/95/UE, designa as matérias acerca da divulgação de informações não financeiras. O mesmo indica o seguinte:

A responsabilidade social das empresas, demonstrada através da divulgação de informações não financeiras relativas às áreas sociais, ambientais e de governo societário, contribui decisivamente para a análise do desempenho das empresas e do seu impacto na sociedade, para a identificação dos riscos de sustentabilidade das mesmas e para o reforço da confiança dos investidores e dos consumidores. (Decreto-Lei n.º 89/2017, 2017)

Através deste Decreto-Lei é designado que, tanto as empresas como as empresas-mãe de um grupo, que contenham as características anteriormente mencionadas, devem apresentar, com base anual, uma demonstração não financeira incluída no relatório de gestão ou num relatório separado. Este relatório deve conter informações não financeiras que sejam suficientes para compreender a evolução, o desempenho, a posição e o impacto das suas atividades referentes às temáticas ambientais, sociais e de direitos humanos. Em termos ambientais, podem ser divulgadas informações relativas a impactos atuais ou conjeturáveis no ambiente, na saúde e na segurança, no uso de fontes renováveis, na emissão de gases com efeito de estufa, no uso controlado de água e na poluição em geral. Em termos sociais, podem ser referidas temáticas relativas a colaboradores, como a igualdade de género e não discriminação, à aplicação de assuntos abordados na Organização Internacional do Trabalho, às condições laborais, ao respeito pelos direitos dos trabalhadores e sindicais, à saúde e segurança no local de trabalho, e ao equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Em termos dos direitos humanos, esta temática deverá conter informações acerca do combate à corrupção e às tentativas de suborno, e à prevenção da violação dos mesmos direitos (Decreto-Lei n.º 89/2017, 2017).

De acordo com Dinis (2020, p.23) os RS dão possibilidade às organizações de «considerar ou reconsiderar as suas atitudes e os seus impactos no que toca a questões de sustentabilidade, permitindo assim, serem mais transparentes sobre os riscos e oportunidades que enfrentam ou podem enfrentar num futuro próximo». A divulgação deste tipo de relatório é considerada, por Botelho (2019), bastante relevante para os utilizadores da informação, tornando-se necessária uma demonstração justa e global das políticas, resultados e riscos assumidos pela organização.

A divulgação dos RS permite que as organizações aumentem a sua reputação e o valor da empresa, renovem a sua imagem de forma mais credível e transparente, colocando-a numa posição mais favorável face aos concorrentes, permitindo igualmente a avaliação das práticas de sustentabilidade conforme a expectativa dos *stakeholders* (Reis, 2020).

Segundo Rodrigues (2019), a divulgação da informação não financeira presente nos RS pode ser baseada no referencial que a organização considere mais adequado à sua realidade. No mesmo sentido, Dinis (2020) indica que os RS podem ser elaborados tendo por base as normas emitidas por diversos organismos, como a GRI, as diretrizes da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Pacto Global das Nações Unidas, e a Organização Internacional de Normalização – ISO 26000 Norma Internacional de Responsabilidade Social.

2.5 Global Reporting Initiative (GRI)

A GRI é uma organização internacional, independente e sem fins lucrativos, sediada na Holanda, que tem como função orientar as organizações a estruturar o seu relato voluntário em matéria de sustentabilidade, a nível económico, ambiental e social.

A GRI foi fundada em Boston no ano de 1997, através de uma iniciativa conjunta entre o United Nations Environment Programme (UNEP) e a Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES), com o objetivo de elaborar, desenvolver e divulgar diretrizes globais para a elaboração dos RS por parte das organizações, de modo a elevar a qualidade, a transparência, o rigor e o uso dos mesmos (Roma, 2016). Esta iniciativa, com uma visão de longo prazo, foi sustentada pelo apoio de diversas empresas e organizações, sindicatos e grupos sem fins lucrativos, com o objetivo de construir um conjunto de linhas orientadoras aceites mundialmente (GRI, 2021).

Neste sentido, a GRI foi concebida para que os RS fossem dotados de maior e melhor qualidade, de rigor e utilidade, tendo como foco os impactos que os negócios e as atividades possuem no meio ambiente, salientando o que as organizações devem divulgar e a forma como o devem fazer (Dinis, 2020).

Segundo Calvinho (2019), a legitimidade da GRI deve-se ao alinhamento de diversas entidades de referência internacional em matéria de sustentabilidade, como as Nações Unidas, a OCDE, o Conselho de Ministros da União Europeia, a Comissão Europeia e o Fórum Económico Mundial.

Dado o crescente interesse e foco na sustentabilidade, tornou-se fundamental para as empresas comunicarem os seus impactos através de relatórios consistentes e coerentes, sobretudo numa fase em que existe uma grande variedade de partes interessadas neste tipo de informação. A transparência sobre os impactos económicos, ambientais e sociais é um ponto-chave na eficácia das relações com os *stakeholders* e com o mercado. A missão da GRI é satisfazer essa necessidade, oferecendo uma estrutura confiável para a elaboração de

RS, que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades (GRI, 2006).

A GRI veio homogeneizar os conceitos, as regras e as orientações para a elaboração dos RS de modo que estes sejam uma fonte credível e útil para os utilizadores da informação. A GRI trata-se de uma ferramenta fulcral que auxilia as organizações a relatar ao nível da sustentabilidade, fornecendo-lhes uma linguagem universal para comunicar os impactos que causam ao nível económico, ambiental e social. A mesma tornou-se a fonte de criação de uma linguagem comum, através de padrões globais, permitindo o relato de informação sobre sustentabilidade mais clara e transparente entre as organizações e as partes interessadas, sendo um instrumento útil para a tomada de decisão acerca dos impactos existentes GRI (2006).

Segundo Louro (2018), as organizações que usem a GRI como ferramenta para a elaboração dos seus RS podem ter uma melhor compreensão e comunicação acerca do impacto que as suas atividades têm nas diversas áreas críticas incluídas nos três pilares da sustentabilidade.

Uma organização que pretenda usar a GRI nos seus RS pela primeira vez terá que entender as fases do processo de elaboração dos relatórios, uma vez que o primeiro a ser elaborado servirá de referência para os futuros e isso poderá representar um fator determinante nas oportunidades que possam surgir e também em sucessos futuros (Dudik, 2012).

De acordo com Fernandes (2019), as fases de elaboração dos RS baseados na GRI, são divididas em 5 fases:

- Preparação – promover uma abordagem interna entre os gestores de modo a identificar e entender os impactos económicos, ambientais e sociais positivos e negativos mais relevantes na organização;
- Ligação – entender o que os *stakeholders* consideram mais relevante na divulgação do relatório final;
- Definição – a contribuição na fase 2 irá garantir se os pontos identificados pelos gestores na fase 1 são realmente os mais relevantes, definindo os pontos que devem ser abordados no relatório;
- Supervisão – os gestores recolhem os dados que irão ser abordados no relatório final, sendo que os indicadores GRI auxiliam as organizações a entender o que devem

supervisionar, obtendo informações de qualidade que irão servir de base para um relato mais adequado;

- Relato – os dados recolhidos na fase anterior serão apresentados no relatório final através da preparação e redação do mesmo que envolve igualmente a tomada de decisões sobre a melhor forma de o fazer.

De acordo com a Revista Contabilística nº 239 (2020), a GRI indica que os RS que se baseiem nas normas e diretrizes da GRI devem aprovisionar uma representação equilibrada e razoável dos impactos positivos e negativos assim como informação relevante aos *stakeholders* que lhes permitam formar opiniões e tomar decisões sólidas sobre a contribuição que as organizações têm em matéria de desenvolvimento sustentável.

2.5.1 Princípios GRI

Os Princípios de Relato devem ser aplicados de forma a garantir a qualidade dos RS e que os mesmos sejam elaborados em conformidade com as normas da GRI (GRI, 2020). Estes estão divididos em dois grupos, como é possível observar na Figura 2.5:

Princípios para definição do conteúdo do relatório	Princípios para definição da qualidade do relatório
<ul style="list-style-type: none">• Inclusão dos Stakeholders• Contexto da Sustentabilidade• Materialidade• Completude	<ul style="list-style-type: none">• Exatidão• Equilíbrio• Clareza• Comparabilidade• Confiabilidade• Tempestividade

Figura 2.5 Princípios de Relato

Fonte GRI 101: Fundamentos (2016)

De acordo com GRI (2020), os Princípios para a definição do conteúdo do relatório podem descrever-se da seguinte forma:

- Inclusão dos *Stakeholders* – devem ser identificados os *stakeholders* e explicar as medidas que tomou para alcançar as expectativas e interesses dos mesmos;
- Contexto da Sustentabilidade – deve-se descrever o desempenho da organização em termos de sustentabilidade;

- Materialidade – deve-se abordar tópicos que reflitam os impactos económicos, ambientais e sociais significativos (materiais) para a organização;
- Completude – os tópicos materiais identificados, assim como os seus limites, devem ser suficientemente amplos de forma a refletirem os impactos económicos, ambientais e sociais, e permitir que os *stakeholders* possam avaliar o desempenho da organização.

Relativamente aos Princípios para a definição da qualidade do relatório, a GRI (2020) destaca também o seguinte:

- Exatidão – a informação relatada deve ser exata e detalhada;
- Clareza – a informação relatada deve ser compreensível e acessível;
- Comparabilidade – a informação deve ser divulgada de forma consistente, de modo a permitir aos *stakeholders* analisar mudanças no desempenho da organização em períodos de tempo distintos e/ou em relação a outras organizações;
- Confiabilidade – deve-se reunir, registar, analisar e relatar a informação de modo a permitir a sua qualidade e materialidade e, também, uma revisão eficaz;
- Tempestividade - a informação deve ser relatada e publicada a tempo de modo a permitir aos *stakeholders* que tomem decisões atuais, fundamentadas e consistentes.

Ao aplicarem estes Princípios, as organizações tornam os seus RS mais credíveis e transparentes (Roma, 2016), sendo fundamentais para a obtenção de uma maior qualidade dos seus relatórios (Botelho, 2019).

2.5.2 Diretrizes e Normas

Como referido anteriormente, a GRI desenvolve e divulga diretrizes globais que contribuem para a coerência, transparência e confiança dos RS perante os utilizadores de informação.

Estas têm como objetivo promover a comparabilidade entre os relatórios, baseando-se numa estrutura flexível que recorre a normas e princípios que possibilitam a existência de credibilidade e transparência no relato da informação (Gomes, 2016).

De acordo com Pinto (2014), as diretrizes da GRI para a elaboração dos RS englobam os três pilares da sustentabilidade - económico, ambiental e social – de forma interligada e tendo em conta o equilíbrio que deve existir entre os mesmos.

As diretrizes englobam princípios, bases e instruções de implementação constituídos por diversos intervenientes, como trabalhadores e representantes de organizações, auditores, especialistas, agentes reguladores e governamentais, mercados financeiros e a sociedade no geral, sendo o resultado do contributo de todos os *stakeholders* e focando-se no interesse público (Louro, 2018).

Com base no documento publicado sobre as Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade, GRI (2006) as diretrizes identificam as informações que devem ser divulgadas em três categorias:

- Perfil – Informações acerca do contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, tais como a estratégia, perfil e modelo de governação;
- Forma de Gestão – Conteúdo que descreve o modo como a organização expõe certos temas para fornecer o contexto para a compreensão do desempenho numa área específica; e
- Indicadores de Desempenho – Informações comparáveis sobre o desempenho económico, ambiental e social da organização.

Para Esteves (2020), as diretrizes vão ao encontro da necessidade que as organizações têm em elaborar os seus relatórios tendo em conta os tópicos materiais, de acordo não só com a sua atividade, mas também com os interesses dos seus *stakeholders*, o que torna o relato mais credível e compreensível e possibilita as organizações a fornecer melhores informações acerca da sustentabilidade.

Segundo a GRI (2020, p.4) «A elaboração de um relatório em conformidade com as normas da GRI demonstra que o relatório fornece uma visão completa e equilibrada dos tópicos materiais de uma organização e seus respetivos impactos» o que significa que a aplicação destas normas permite aos utilizadores de informação obter um conhecimento amplo acerca de tópicos económicos, ambientais e sociais, assim como os impactos existentes e as soluções adotadas perante os mesmos.

Os RS que sejam elaborados de acordo com as normas da GRI devem incluir um sumário de conteúdo (geralmente designada por Tabela GRI) onde são apresentadas todas as normas e indicadores respetivos (GRI, 2020).

As primeiras diretrizes da GRI (G1) foram publicadas no ano de 2000, após diversas empresas, entidades governamentais, organizações e especialistas de diversos países se reunirem e contribuírem para a sua publicação. Em 2002, após diversos esforços de melhoria das primeiras *guidelines*, é lançada a segunda versão das diretrizes (G2), no World Summit para o Desenvolvimento Sustentável (Calvinho, 2019).

Em 2006, foi estreada a terceira versão das diretrizes (G3), ano em que foram celebradas parcerias com o Pacto Global das Nações Unidas e com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico, entre outros. Em 2011, surge uma nova versão da G3, a G3.1, que serve como atualização para o relato do desempenho de sustentabilidade, incluindo temas relacionados com Direitos Humanos, os Impactos na Comunidade Local e Género (Rodrigues, 2019).

O facto do número de organizações a utilizar a GRI como base nos seus RS ter crescido ao longo dos anos, levou à criação da quarta versão das diretrizes em 2013 (G4) que salienta a materialidade dos aspetos considerados e facilita a adoção das mesmas com um modelo mais padronizado (Ribeiro, 2019).

Em 2016, foram lançadas as primeiras normas globais desenvolvidas pelo Global Sustainability Standards Board – GRI Standards - com uma estrutura mais flexível, clara e simples, composta por três Normas Universais e três Normas Específicas (Botelho, 2019). As normas dividem-se em quatro séries (100, 200, 300 e 400) que compõem as Normas Universais e as Normas Específicas, como é possível observar na Figura 2.5:

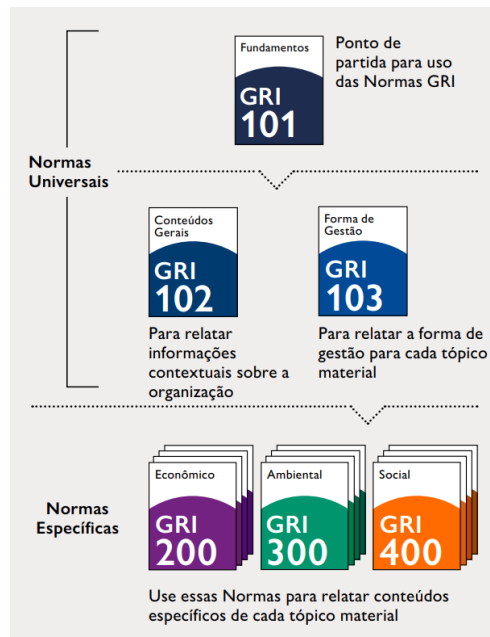


Figura 2.5 Visão Geral das Normas GRI

Fonte GRI 101: Fundamentos (2020)

A Série 100 é composta por três Normas Universais, as quais:

- GRI 101 – Fundamentos: estabelece os princípios e os requisitos de relato para a elaboração do RS de acordo com as normas da GRI;
- GRI 102 – Conteúdos Gerais: utilizada para relatar informações sobre a organização e as suas práticas de relato de sustentabilidade, como informações sobre o perfil organizacional, sobre estratégia, ética, modelo de governação, práticas de envolvimento com *stakeholders*, e o processo de relato.
- GRI 103 – Formas de Gestão: utilizada para relatar informações acerca da forma como a organização gere um tópico considerado material, os impactos inerentes e existentes a esse tópico e o motivo de ser considerado material.

Por sua vez, as Séries 200, 300 e 400 são compostas pelas Normas Específicas e dizem respeito aos tópicos económicos, ambientais e sociais, respetivamente (Dinis, 2020). Estas normas são utilizadas para relatar informações acerca dos impactos da organização ao nível dos três pilares de sustentabilidade.

2.5.3 Indicadores de desempenho

De acordo com Ribeiro (2019), os indicadores da GRI consideram os três pilares da sustentabilidade: os indicadores económicos, os indicadores ambientais e os indicadores sociais. Os indicadores económicos estão relacionados com o desempenho económico, com a presença no mercado e com os impactos económicos indiretos. Os indicadores ambientais dizem respeito aos impactos nos sistemas naturais (água, terra, ar e ecossistemas) e com a evolução ambiental referente a fornecedores. Por sua vez, os indicadores sociais têm a ver com os impactos sociais em relação a práticas laborais, aos direitos humanos, à sociedade e à responsabilidade pelo produto.

Indicadores económicos

Os indicadores económicos pertencem à série GRI 200, composta da seguinte forma:

Tabela 2.1 Indicadores de desempenho económico

GRI 201 – Desempenho económico	
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído
201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido a alterações climáticas
201-3	Planos de benefícios e planos de pensão oferecidos pela organização
201-4	Apoio financeiro recebido pelo governo
GRI 202 – Presença no mercado	
202-1	Rácio salarial - entre o salário mais baixo, por género, e o salário mínimo local
202-2	Colaboradores em cargos de direção contratados localmente
GRI 203 – Impactos económicos indiretos	
203-1	Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços
203-2	Impactos económicos indiretos
GRI 204 – Práticas de compra	
204-1	Despesas com fornecedores locais
GRI 205 – Anticorrupção	
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção
205-3	Casos de corrupção e medidas tomadas
GRI 206 – Concorrência desleal	
206-1	Ações jurídicas por práticas de concorrência desleal, <i>antitrust</i> e monopólio

Fonte GRI (2006) – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

Indicadores Ambientais

Os indicadores ambientais pertencem à série GRI 300, composta da seguinte forma:

Tabela 2.2 Indicadores de desempenho ambiental

GRI 301 – Materiais	
301-1	Materiais utilizados
301-2	Materiais reciclados utilizados
301-3	Produtos e embalagens recuperados
GRI 302 – Energia	
302-1	Consumo direto de energia
302-2	Consumo indireto de energia
302-3	Intensidade energética
302-4	Redução do consumo de energia
302-5	Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços
GRI 303 – Água	
303-1	Consumo total de água, por fonte
303-2	Recursos hídricos afetados pela captação de água
303-3	Água reciclada e reutilizada
303-4	Desperdício de água
303-5	Consumo de água
GRI 304 – Biodiversidade	
304-1	Zonas protegidas
304-2	Impactos na biodiversidade
304-3	Habitats protegidos ou restaurados
304-4	Espécies em risco de extinção
GRI 305 – Emissões	
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa (GEE)
305-2	Emissões indiretas de GEE
305-3	Outas emissões indiretas de GEE
305-4	Intensidade de emissões de GEE
305-5	Redução de emissões de GEE
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono
305-7	Nox, Sox e outras emissões atmosféricas
GRI 306 – Efluentes e Resíduos	
306-1	Produção de efluentes líquidos
306-2	Resíduos por tipo e por destino
306-3	Ocorrência de derrames
306-4	Resíduos perigosos transportados
306-5	Descargas de água e drenagem
GRI 307 – Conformidade ambiental	
307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais
GRI 308 – Avaliação ambiental de fornecedores	
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais
308-2	Impactos ambientais na cadeia de fornecimento e medidas tomadas

Fonte GRI (2006) – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

Indicadores Sociais

Os indicadores sociais pertencem à série GRI 400, composta da seguinte forma:

Tabela 2.3 Indicadores de desempenho social

GRI 401 – Emprego	
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores
401-2	Benefícios a colaboradores em tempo integral
401-3	Licença parental
GRI 402 – Relações laborais	
402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais
GRI 403 – Saúde e segurança no trabalho	
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho
403-2	Tipos e taxas de lesões e doenças relacionadas com o trabalho
403-3	Colaboradores com elevada incidência ou risco de doenças relacionadas com o trabalho
403-4	Acordos formais com sindicatos
403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho
403-6	Promoção da saúde dos trabalhadores
403-7	Prevenção e mitigação de impactos
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho
403-9	Acidentes de trabalho
403-10	Doenças profissionais
GRI 404 – Formação e educação	
404-1	Horas de formação
404-2	Gestão de competências e aprendizagem contínua
404-3	Avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira
GRI 405 – Diversidade e igualdade de oportunidades	
405-1	Composição dos órgãos sociais
405-2	Salário base e remuneração da mulher e do homem
GRI 406 – Não discriminação	
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas
GRI 407 – Liberdade de associação e negociação coletiva	
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco
GRI 408 – Trabalho infantil	
408-1	Risco significativo de incidentes de trabalho infantil
GRI 409 – Trabalho forçado ou análogo ao escravo	
409-1	Risco de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo
GRI 410 – Práticas de segurança	
410-1	Pessoal de segurança que recebeu formação
GRI 411 – Direito dos povos indígenas	
411-1	Casos de violações dos direitos dos povos indígenas e medidas tomadas
GRI 412 – Avaliação de direitos humanos	
412-1	Operações submetidas a avaliações de direitos humanos
412-2	Formação sobre direitos humanos
412-3	Acordos e contratos de investimentos

GRI 413 – Comunidades locais	
413-1	Programas de envolvimento
413-2	Operações com impactos negativos nas comunidades locais
GRI 414 – Avaliação social de fornecedores	
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de suprimentos e medidas tomadas
GRI 415 – Políticas públicas	
415-1	Contribuições políticas
GRI 416 – Saúde e segurança do cliente	
416-1	Impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços
416-2	Casos de não conformidade
GRI 417 – Rotulagem de produtos e serviços	
417-1	Informações sobre produtos e serviços
417-2	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem
417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicações de marketing
GRI 418 – Privacidade do cliente	
418-1	Reclamações fundamentadas relativas à violação de privacidade dos clientes
GRI 419 – Conformidade socioeconómica	
419-1	Não conformidades com as leis e regulamentos na área social e económica

Fonte GRI (2006) – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

As organizações que elaborem os seus RS baseando-se nas normas da GRI, devem incluir uma Tabela GRI onde se contemplam os indicadores, conteúdos e respostas relatadas (GRI, 2020).

Segundo a GRI (2020), a organização que elabora um RS em conformidade com as suas normas e não conseguir relatar um dos conteúdos exigidos, deve informar qual o motivo para omissão, descrevendo as informações omitidas. Os motivos existentes podem ser: não aplicável, restrições de confidencialidade, proibições legais específicas e informações indisponíveis.

2.5.4 Níveis de aplicação

Posteriormente à conclusão do RS a organização deve avaliar o mesmo e, com base nessa avaliação, declarar qual o nível de aplicação da estrutura GRI utilizada (Roma, 2016).

Atualmente, existem duas opções para a elaboração de um relatório se encontrar em conformidade com as normas da GRI: Essencial e Abrangente, sendo a sua escolha o reflexo das necessidades da organização e dos seus *stakeholders*. A opção escolhida não reflete a qualidade e a abrangência da informação (GRI, 2020), mas sim o grau de aplicação dos indicadores GRI (Calvinho, 2019).

Segundo Botelho (2019), os RS que sejam elaborados com base nas diretrizes das normas da GRI podem assumir diferentes formas, uma vez que a sua elaboração é flexível e adaptada à realidade de cada organização, onde esta escolhe elaborar um relatório essencial ou abrangente definindo os tópicos materiais e preenchendo os padrões específicos de cada indicador e obrigatórios conforme a opção adotada.

A opção Essencial (*Core*), revela que o relatório contém apenas as informações mínimas e necessárias que permitem entender a natureza da organização, os tópicos materiais e os impactos relacionados, assim como a forma como os mesmos são abordados e geridos (GRI, 2020).

A opção Abrangente (*Comprehensive*), indica que, para além do que é considerado pela opção Essencial, o relatório contém informações adicionais acerca da estratégia, ética, integridade e modelo de governação da organização, relatando os impactos de forma mais abrangente e todos os conteúdos específicos de cada tópico material (GRI, 2020).

2.6 Agenda 2030 – ODS

A Agenda 2030 é a Agenda das Nações Unidas para 2030 e diz respeito a um plano de ação concentrado em 5 P's: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Trata-se de uma agenda universal que tem como objetivo alcançar o desenvolvimento sustentável através de responsabilidades assumidas por parte dos países envolvidos. A mesma assenta em 17 ODS e em 169 metas que devem ser considerados nas políticas e ações desenvolvidas a nível nacional, regional e global (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).

São considerados objetivos baseados nos problemas mais urgentes a nível global, tratando-se de uma agenda abrangente e inovadora que reflete os desafios do século XXI (Revista Contabilista nº239, 2020).

Esta Agenda aborda as três dimensões do desenvolvimento sustentável (económico, ambiental e social), pretendendo promover a paz, a justiça e a eficácia de todas as organizações envolvidas, tratando-se de “um contrato entre os líderes mundiais e os povos e uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta” (ONU, 2021). Através da figura seguinte é possível apurar os 17 objetivos considerados na Agenda 2030:



Figura 2.6. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte ONU, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2021)

Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros (2017), através da publicação do Relatório Voluntário Nacional – Portugal, os 17 ODS proporcionaram uma nova abordagem ao tema do desenvolvimento sustentável uma vez que integram os três pilares da sustentabilidade, assentam em objetivos e metas de cariz universal de modo a serem implementados por todos os estados membros, têm uma dimensão abrangente de combate às desigualdades e à promoção dos direitos humanos, e implicam esforços e ações agregadas de múltiplos intervenientes (governos, autoridades regionais, autarquias locais, ONG, organizações privadas e públicas, instituições de ensino, parceiros sociais, entre outros).

Os temas que cada ODS aborda refletem «as preocupações sentidas por uma sociedade globalizada que, cada vez mais, responsabiliza as empresas pelas suas ações e impactos no mundo» (PwC, 2017, p.6). Assim, a totalidade dos estados-membros das Nações Unidas comprometeu-se, através desta Agenda, a cumprir com os 17 ODS até ao ano 2030, tratando-se de uma estratégia única e globalizada que deverá influenciar a forma como os Governos e as organizações atuam (PwC, 2017).

Os ODS são considerados aquando a realização dos RS que têm como referencial a GRI, uma vez que as suas normas orientam as organizações a abordá-los e a colocá-los em prática, tratando-se da ponte entre as organizações e os governos para que ambos contribuam para os objetivos (Revista Contabilista nº239, 2020). Neste sentido, as normas da GRI permitem

aos *stakeholders* formar opiniões e decisões consistentes considerando a contribuição que existe na organização para os ODS da Organização das Nações Unidas (ONU) (Revista Contabilista nº239, 2020).

2.7 Estudos relevantes sobre o tema

Tanto o DS como a RSE têm-se tornado um foco de estudo para diversos investigadores dado considerarem estes temas indicadores de *performance* de longo prazo (Gomes, 2016).

No estudo realizado por Carvalho (2008), o autor avaliou o grau que as empresas da Euronext de Lisboa atribuíam à estrutura da GRI no ano de 2006 através das diretrizes para RS na versão 3.0. Através de uma análise univariada concluiu que os indicadores de desempenho económico com maior ênfase nos RS é o desempenho económico (grau de 2,16), presença de mercado (grau de 0,64) e os impactos económicos indiretos (grau de 0,38), sendo as emissões, efluentes e resíduos (grau de 1,91), a energia (grau de 1,47) e a biodiversidade (grau de 1,25) no desempenho ambiental e, por último, as práticas trabalhistas (grau de 4,74) e os aspetos relacionados com a sociedade (grau de 1,68) e com os direitos humanos (grau de 1,25) no desempenho social. Com a análise e com o cálculo dos índices de desempenho, concluiu que o Índice de Desempenho Social é o que tem maior valor alcançando 10 indicadores divulgados, seguindo-se o Índice de Desempenho Ambiental com 7 indicadores divulgados, e o Índice de Desempenho Económico com apenas 3 indicadores divulgados. O Índice Geral de Divulgação apresentava 20 indicadores divulgados. Através de uma análise bivariada, concluiu que a dimensão das empresas tem influência na divulgação de informação, sendo que existe uma fraca influência do fator rentabilidade na mesma.

No estudo realizado por Roma (2016), a autora teve como objetivo avaliar o grau de divulgação que as empresas do PSI Geral atribuíam à estrutura da GRI no ano de 2013, comparando os seus resultados com os resultados alcançados em 2008. Pela análise univariada, concluiu-se que no desempenho económico a tendência se manteve nos dois anos, com o aspeto desempenho económico (grau de 3,70 em 2008 e de 2,70 em 2013), mercado (grau de 2,60 em 2008 e de 1,60 em 2013), e o aspeto indireto (grau de 1,80 em 2008 e de 1,10 em 2013) com maior ênfase nos RS. No desempenho ambiental a tendência também se manteve, com o aspeto emissões, efluentes e resíduos (grau de 8,10 em 2008 e de 6,60 em 2013), a energia (grau de 4,00 em 2008 e de 3,40 em 2013) e a biodiversidade

(grau de 3,60 em 2008 e de 3,20 em 2013) com maior relevância. No desempenho social, a tendência foi diferente nos dois anos, sendo que em 2013 os aspetos com maior ênfase foram as práticas laborais e trabalho condigno (grau de 12,70 em 2008 e de 8,80 em 2013), seguindo-se os direitos humanos (grau de 8,10 em 2008 e de 4,30 em 2013), e a responsabilidade pelo produto (grau de 7,90 em 2008 e de 4,50 em 2013). Através da mesma análise, concluiu-se que o Índice de Desempenho Económico apresentava 5 indicadores divulgados em 2013 e 8 indicadores divulgados em 2008, o Índice de Desempenho Ambiental apresentava 19 indicadores divulgados em 2013 contra 24 indicadores em 2008, e o Índice de Desempenho Social apresentava 21 indicadores divulgados em 2013 face a 36 indicadores divulgados em 2008. O Índice Geral de Divulgação foi de 46 indicadores divulgados em 2013 contra 30 indicadores divulgados no ano de 2008. Conclui-se, no geral, que decorridos estes cinco anos analisados a tendência de divulgação se manteve.

No estudo realizado por Gomes (2016), o autor estudou as práticas de divulgação voluntária de RSE em instituições do setor financeiro de Portugal e de Espanha nos anos de 2012 a 2014, analisando se as mesmas recorrem a verificação externa, verificando qual o nível de aplicação da GRI e identificando os indicadores mais relevantes neste setor. O autor concluiu que a maioria das empresas da amostra obtiveram a classificação de A+ no seu nível de aplicação da GRI, sendo que a classificação C+ não foi aplicado a nenhum dos relatórios. As versões G3.1 e G4 utilizadas nos seus RS. Através do seu estudo, concluiu igualmente que a maioria das empresas recorrem a entidades externas independentes para realizarem a auditoria dos seus relatórios. Ao comparar os dois países, concluiu-se que as empresas da banca portuguesa divulgam mais informações nos seus RS sobre o envolvimento com a comunidade e ambiente comparativamente às empresas da banca espanhola. Estas últimas possuem uma divulgação maior acerca de recursos humanos, clientes, produtos/serviços, em relação às empresas da banca portuguesa, sendo esta diferença pouco acentuada. Relativamente à divulgação dos indicadores, concluiu-se que as empresas portuguesas apresentavam um trabalho menos consistente, face às espanholas, na divulgação de indicadores de desempenho económico, ambiental, práticas laborais, da sociedade e de produtos, exceto em indicadores relacionados com os direitos humanos. Através deste estudo, o autor também concluiu que a divulgação de RSE aumentou progressivamente ao longo dos anos analisados.

No estudo realizado por Carvalho (2020), a autora analisou o referencial para a elaboração de RS desenvolvido pelo GRI, em 5 empresas do site do GRI no ano de 2017, de modo a especificar as instruções do GRI para demonstrar que se trata de uma ferramenta essencial para as organizações e para os *stakeholders*. Através deste estudo, a autora concluiu que nem todas as empresas da amostra utilizaram a Tabela GRI e que todas utilizaram a versão G4. Foi possível concluir que nem todas as empresas fazem uma abordagem semelhante aos indicadores GRI, uma vez que apesar de apresentarem informações sobre aspetos de gestão mais relevantes e controlarem a divulgação da sua visão, missão e estratégia, os indicadores ambientais e sociais divulgados pelas empresas são diminutos.

No estudo realizado por Teixeira (2011), a autora analisou a publicação dos relatórios de sustentabilidade das empresas do PSI-20 no ano de 2010, especificando a análise à empresa alvo EDP. A mesma concluiu que «O Desenvolvimento Sustentável é um fenómeno a que qualquer organização não pode ficar indiferente» Teixeira (2011, p.92), e que as organizações já têm a sua atividade vinculada à sustentabilidade. Através do estudo, foi possível concluir que pode existir um relatório em que a sustentabilidade é abordada ao longo do mesmo e/ou onde existe um capítulo específico de sustentabilidade, podendo também existir um relatório específico sobre a sustentabilidade.

No estudo realizado por Rodrigues (2019), a autora analisou uma amostra obtida através da GRI constituída por 273 organizações espanholas e portuguesas que publicaram RS entre 2015 e 2017. A conclusão desta investigação refere que no ano mais recente a publicação dos RS aumentou, sendo que no período total observado verificou-se um decréscimo que pode ser justificado pelo facto de muitas das organizações publicaram relatórios bianuais. Da amostra considerada, concluiu-se igualmente que são as empresas privadas e de grande dimensão que mais RS publicam. Os setores que tiveram mais preocupação na publicação destes relatórios pertencem aos Serviços Financeiros, aos Serviços sem fins lucrativos, aos Serviços de Saúde e a Outros.

Através do estudo realizado por Reis (2020), foi analisada a informação não financeira divulgada por empresas a nível europeu de modo a identificar os determinantes da divulgação deste tipo de informação num RS autónomo. A autora concluiu que 52% das empresas pertencentes à amostra preferem divulgar a informação não financeira em RS autónomos, destacando-se as empresas da Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha,

Finlândia, Itália, Noruega e Portugal, e nos setores como energia, financeiro, de indústria e tecnologia.

No estudo realizado por Botelho (2019), foi analisada a prática de divulgação de informação de temas relacionados com a responsabilidade social e a forma como a mesma é divulgada, em termos de tipo de relatório e modelo adotados. Foi igualmente analisado o grau de divulgação das empresas que utilizam a GRI, sendo considerada uma amostra de 295 empresas portuguesas no ano de 2018. Foi concluído que apenas um terço destas empresas apresentou um documento de relato de responsabilidade social, privilegiando o RS e seguindo as normas da GRI. De entre os níveis de divulgação concluiu-se que a opção abrangente foi a menos escolhida pelas empresas analisadas. Concluiu-se igualmente que existiu um índice de divulgação elevada nos três indicadores (económicos, sociais e ambientais), sendo o índice social o que revelou valores mais baixos, o que demonstra fraca preocupação perante os *stakeholders*.

O estudo realizado por Esteves (2020), teve como objetivo analisar a relação existente entre os RS e o desempenho económico e financeiro das empresas da Euronext Lisbon no período de 2014 a 2018, com referência à Diretiva 2014/95/UE e à publicação das diretrizes do GRI. No mesmo estudo foi verificado o impacto da obrigatoriedade presente no Decreto-Lei nº 89/2017. A autora concluiu que nos três primeiros anos do período considerado a divulgação dos RS rondou os 21% e que perante a aplicação do Decreto-Lei referido as divulgações duplicaram, atingindo os 42%. Relativamente ao Índice Geral de Divulgação, a conclusão foi de que, nos 165 relatórios analisados, apenas 40 atingem a classe “Excelente”, ou seja, apresentavam bastantes informações relevantes acerca de práticas de sustentabilidade e divulgavam o sumário de conteúdo GRI. Da amostra, 58% das empresas divulgou os seus relatórios com o mínimo de informação referente a impactos, riscos e oportunidades da empresa e informações sobre Ética e Integridade. A autora concluiu igualmente que o tamanho da empresa, o setor da sua atividade e o desempenho das vendas teve uma relação positiva com o Índice Geral de Divulgação, ao contrário do endividamento, da rentabilidade do ativo e das vendas que não afetam o Índice Geral de Divulgação.

3 Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho baseia-se num método de abordagem quantitativo, a uma amostra de 43 empresas portuguesas presentes na base de dados da GRI no período de 2015 a 2020.

Para tal, foram utilizadas as seguintes análises:

- Análise de conteúdo aos RC e RS – Segundo Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019) este método consiste em submeter as informações recolhidas a um tratamento metódico, agrupando a mesma em temas pertinentes de acordo com as questões da investigação, compará-las umas com as outras e relacioná-las, ou ainda organizá-las de acordo com uma estrutura que lhes dê sentido.
- Análise univariada – Esta técnica consiste numa técnica estatística que permite analisar cada variável separadamente, e foi utilizada de forma a identificar o grau de divulgação dos indicadores de desempenho económico, ambiental e social, assim como os índices de desempenho de cada área de sustentabilidade.
- Análise bivariada - Esta técnica estatística consiste em analisar a relação de causa-efeito entre duas variáveis, ou seja, a correlação linear entre as mesmas. Assim, este tipo de análise engloba duas variáveis que podem ou não ter uma relação entre si. Esta foi utilizada de modo a identificar a correlação existente entre esses indicadores e a dimensão e a rentabilidade das empresas.

Estas três análises são abordadas no subcapítulo dos métodos de análise de dados.

3.1 Objetivo e questões de investigação

O objetivo principal do presente estudo é fortalecer a revisão de literatura acerca do tema abordado, complementando a mesma com os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o número de empresas que possui RS e a forma como o divulgam – independente ou dependente do RC;
- Analisar o grau de aplicação GRI e os respetivos índices de divulgação de desempenho dos indicadores económicos, ambientais e sociais; e

- Identificar a relação existente entre o grau de aplicação GRI e a dimensão das empresas, assim como entre a rendibilidade das mesmas.

Neste sentido, o estudo assenta nas seguintes duas questões:

Questão 1 - Qual o nível de divulgação dos indicadores GRI nas empresas portuguesas da amostra?

- Q1.1 – Qual o nível de divulgação dos indicadores económicos?
- Q1.2 – Qual o nível de divulgação dos indicadores ambientais?
- Q1.3 – Qual o nível de divulgação dos indicadores sociais?

Questão 2 – Qual a relação existente entre o grau de divulgação geral GRI e os fatores dimensão e rendibilidade?

- Q2.1 – Que relação existe entre o grau de divulgação geral GRI e a dimensão das empresas?
- Q2.2 – Que relação existe entre o grau de divulgação geral GRI e a rendibilidade das empresas?

Para a segunda questão foram selecionadas as variáveis dimensão e rendibilidade uma vez que estas podem ser um fator impulsionador para as empresas investirem em temas sustentáveis, dado que as empresas de maior dimensão ou com maior rendibilidade poderão ter mais disponibilidades, meios e recursos (técnicos e financeiros) para o efeito enquanto que as empresas de menor dimensão ou com menor rendibilidade poderão ter outro tipo de preocupações económicas e financeiras (como o pagamento de salários e a fornecedores). Neste sentido, pretende-se analisar se a dimensão e a rendibilidade das empresas influencia ou não a divulgação de indicadores de sustentabilidade.

3.2 Descrição dos dados e da amostra

Para a presente dissertação, a população e a amostra selecionada baseiam-se nas empresas portuguesas presentes na base de dados da GRI.

De acordo com a metodologia utilizada, após a recolha de dados e análise de conteúdo de todos os relatórios e informações recolhidas, numa população de 105 empresas portuguesas,

foram excluídas da análise as empresas do setor bancário (8 empresas), assim como as empresas que ao longo do período em análise não continham informação de sustentabilidade em, pelo menos, dois anos (54 empresas).

Deste modo, a amostra do presente estudo é composta pelas restantes 43 empresas:

1. Accenture Portugal
2. AdVT - Águas de Lisboa e Vale do Tejo
3. Águas de Portugal, SGPS, S.A.
4. Altri, SGPS, S.A.
5. APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
6. APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.
7. Auchan Retail Portugal, S.A.
8. Bondalti Capital, S.A.
9. Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A.
10. Carris – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.
11. CTT - Correios de Portugal, S.A.
12. Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
13. CP - Comboios de Portugal, E.P.E.
14. EDP - Energias de Portugal, S.A.
15. EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A.
16. Eurest Portugal – Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.
17. Galp Energia, S.A.
18. Gestamp Aveiro - Indústria De Acessórios De Automóveis, S.A.
19. Hovione – FarmaCiência, S.A.
20. Huf Portuguesa - Fábrica De Componentes Para O Automóvel, LDA
21. Jerónimo Martins, SGPS, S.A.
22. Lidl & Companhia
23. Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto
24. Luís Simões, SGPS, S.A.
25. Metro do Porto, S.A.
26. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
27. Mota-Engil, SGPS, S.A.

28. Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda
29. NOS, SGPS, S.A.
30. Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Altice Portugal, S.A.)
31. REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
32. Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.
33. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
34. Santa Casa da Misericórdia do Porto
35. Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.
36. Sonae, SGPS
37. Sonae Sierra, SGPS, S.A.
38. Sovena Group, SGPS, S.A.
39. The Navigator Company, S.A.
40. TMG Automotive, S.A.
41. TratoLixo - Tratamento De Resíduos Sólidos, EIM, S.A.
42. Unicer – Bebidas de Portugal, S.A.
43. Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A.

Da amostra selecionada, foram recolhidos os relatórios e contas e os RS dos respetivos *websites*, compreendendo uma análise de 6 anos que abrange o período entre 2015 e 2020.

Assim, foram analisados 215 relatórios, dos quais 168 são RS - independentes dos Relatórios e Contas, divulgados de forma separada - e 47 são Relatórios e Contas (que contêm o RS de forma integrada).

3.3 Métodos de análise de dados

Para a realização da análise dos dados foram utilizados métodos de análise baseados em análises estatísticas e de exploração de dados recolhidos nos relatórios das empresas pertencentes à amostra. Para tal, recorreu-se ao método de análise de conteúdo, à análise univariada e à análise bivariada.

3.3.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é um método que incide sobre diversos tipos de relato de informação, como é o caso de documentos e relatórios oficiais. Segundo Campenhoudt, Marquet e Quivy

(2019) este método consiste em submeter as informações recolhidas a um tratamento metódico, agrupando a mesma em temas pertinentes de acordo com as questões da investigação, compará-las umas com as outras e relacioná-las, ou ainda organizá-las de acordo com uma estrutura que lhes dê sentido. Assim, foi utilizado este método na análise dos RS e dos Relatórios de Contas das empresas que compõem a amostra no período de 2015 a 2020.

3.3.2 Análise univariada

Foi utilizada a análise univariada, com base no método utilizado por Carvalho (2008), que consiste numa técnica estatística que permite analisar cada variável separadamente.

Utilizou-se um sistema binário em que se atribui a cada indicador o valor 1, se a informação sobre o indicador é divulgada ou quando não é aplicável, ou o valor 0, quando a informação sobre o indicador não é divulgada. Assim, foi possível determinar a quantidade de indicadores económicos, ambientais e sociais, divulgados por cada empresa e em cada ano. Posteriormente, após a classificação binária atribuível a cada indicador, procedeu-se ao cálculo de cada índice de divulgação por cada área de desempenho.

Para efeitos de determinação dos índices de desempenho, de acordo com Carvalho (2008), utilizaram-se os seguintes cálculos:

Índice de Desempenho Económico (IDE)

$$IDE_i = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n \quad (3.1)$$

Índice de Desempenho Social (IDS)

$$IDS_i = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n \quad (3.2)$$

Índice de Desempenho Ambiental (IDA)

$$IDA_i = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n \quad (3.3)$$

Em que:

- e_j = Empresa j em análise. Variável dicotómica com valor 1 ou 0
- e = Número máximo de indicadores de desempenho (económico=13; ambiental=32; social=40)
- n = Número máximo de empresas (43)

Deste modo, os valores obtidos para os índices, que indicam o grau de divulgação de desempenho económico, ambiental e social, obtiveram-se através da divisão da pontuação total de cada indicador pelo número máximo de indicadores da área de desempenho correspondente, sendo o valor obtido dividido pelo número total de empresas da amostra considerada.

Posteriormente, procedeu-se ao cálculo do Índice Geral de Divulgação obtido através da soma dos valores dos três índices de desempenho.

3.3.3 Análise bivariada

Foi utilizada a análise bivariada, igualmente com base no método utilizado por Carvalho (2008), que consiste numa técnica estatística que permite analisar a relação de causa-efeito entre duas variáveis, ou seja, a correlação linear entre as mesmas.

Assim, este tipo de análise engloba duas variáveis que podem ou não ter uma relação entre si, ou seja, permite identificar o comportamento existente das variáveis na presença uma da outra. Através desta análise foi possível identificar a relação existente entre o grau de divulgação geral e a dimensão e a relação entre o grau de divulgação geral e a rentabilidade das empresas.

Para tal, utilizou-se o programa informático SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) na análise estatística dos dados recolhidos, de modo a compreender a correlação existente entre as variáveis em estudo.

Neste método, existe a possibilidade de utilizar os coeficientes de correlação de Pearson, Kendall's Tau_b e Spearman. Por se tratarem de variáveis de dados dicotómicos (caracterizadas por um sistema binário), e sendo que as mesmas não têm uma distribuição normal, o coeficiente de correlação mais indicado para a análise foi o coeficiente de correlação linear Kendall's Tau-b.

4 Resultados, Análise e Discussão dos dados

Nesta secção são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos na recolha de dados do presente estudo, através das análises univariada e bivariada, de modo a responder às questões de investigação.

Num primeiro momento, é realizada a análise univariada com o objetivo de analisar a divulgação percentual dos indicadores de sustentabilidade e os graus de divulgação dos mesmos indicadores.

Num segundo momento, é realizada a análise bivariada com o objetivo de estudar a relação existente entre os graus de divulgação e a dimensão e rendibilidade das empresas pertencentes à amostra.

Adicionalmente, são realizadas duas análises com o objetivo de:

- Identificar o modo como as empresas divulgam os RS – dependente ou não dos RC;
e
- Identificar qual o nível de aplicação GRI utilizado – essencial ou abrangente.

4.1 Análise univariada

Através da recolha dos dados nos respetivos RS das empresas consideradas na amostra, efetuou-se a análise univariada que pretende responder à primeira questão de investigação:

Questão 1 - Qual o nível de divulgação dos indicadores GRI nas empresas portuguesas da amostra?

- Q1.1 – Qual o nível de divulgação dos indicadores económicos?
- Q1.2 – Qual o nível de divulgação dos indicadores ambientais?
- Q1.3 – Qual o nível de divulgação dos indicadores sociais?

Através desta análise, é possível apurar a quantidade de indicadores de desempenho económicos, ambientais e sociais divulgados que, posteriormente, permite determinar os graus de divulgação dos indicadores de sustentabilidade.

4.1.1 Graus de divulgação

Neste ponto pretende-se responder à Questão 1, analisando qual é o nível de divulgação dos indicadores GRI nas empresas portuguesas pertencentes à amostra do presente estudo, ao nível económico, ambiental e social. Para tal, será efetuada uma análise e interpretação da percentagem de divulgação dos indicadores GRI.

Numa primeira instância, analisa-se a questão Q1.1 – “Qual o nível de divulgação dos indicadores económicos?” verificando-se o grau de divulgação dos indicadores GRI ao nível económico de 2015 a 2020, como é possível verificar na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 Grau de divulgação de indicadores económicos

Indicador	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Desempenho económico							
201-1	Valor económico gerado e distribuído	70%	70%	72%	81%	70%	63%
201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	49%	51%	56%	63%	58%	53%
201-3	Planos de benefícios e de pensão	51%	51%	51%	51%	47%	42%
201-4	Apoio financeiro recebido do governo	56%	56%	58%	60%	56%	49%
Presença no mercado							
202-1	Rácio salarial	35%	44%	44%	40%	28%	30%
202-2	Colaboradores em cargos de direção contratados localmente	35%	37%	37%	35%	37%	33%
Impactos indiretos							
203-1	Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços	40%	37%	42%	47%	42%	40%
203-2	Impactos económicos indiretos	37%	35%	40%	49%	44%	42%
Práticas de compra							
204-1	Despesas com fornecedores locais	44%	44%	56%	63%	51%	48%
Anticorrupção							
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	53%	56%	60%	63%	58%	47%
205-2	Comunicação e formação s políticas e procedimentos de combate à corrupção	53%	51%	56%	58%	58%	49%
205-3	Casos de corrupção e medidas tomadas	51%	51%	58%	60%	53%	49%
Concorrência desleal							
206-1	Ações jurídicas por concorrência desleal, anti trust e monopólio	44%	40%	40%	42%	37%	30%

Fonte Elaboração própria

Através dos dados acima, é possível verificar que, em termos de desempenho económico, o indicador que possui o grau de divulgação mais elevado ao longo dos cinco anos é o “Valor económico gerado e distribuído”, seguindo-se o “Apoio financeiro recebido do governo”.

Para além desses dois indicadores, o “Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção” e a “Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção” são

os que têm um grau de divulgação superior a 50% ao longo de todo o período analisado, demonstrando uma especial atenção por parte das empresas em divulgar informação acerca dos mesmos. Pelo contrário, os indicadores dos aspetos “Presença no Mercado” e “Impactos Económicos Indiretos”, assim como da “Concorrência Desleal”, possuem um grau de divulgação inferior a 50% de 2015 a 2020, o que demonstra que estas dizem respeito às informações menos preocupantes para as empresas.

Na transição do ano de 2015 para 2016, é possível verificar que a divulgação dos indicadores não sofreu uma variação muito significativa, sendo que os únicos indicadores que sofreram uma variação positiva foram o 201-2, 202-1, 202-2 e 205-1, ao contrário dos indicadores 203-1, 203-2, e 205-2 que sofreram uma redução de 2% face ao ano anterior. Os restantes indicadores mantiveram o mesmo grau de divulgação em ambos os anos.

É possível observar que na transição do ano de 2016 para 2017, todos os indicadores tiveram um aumento no seu grau de divulgação, à exceção dos indicadores 201-3, 202-1, 202-2 e 206-1 que não sofreram qualquer variação, o que pode ser explicado pelo regime obrigatório contemplado pelo Decreto-Lei n.º89/2017.

Do mesmo modo, é possível observar que no ano de 2019, à exceção do indicador 202-2, todos os aspetos tiveram uma variação negativa no grau de divulgação, o que demonstra um descuido e despreocupação na divulgação de indicadores económicos.

Ao transitar para o ano de 2020 verifica-se uma descida geral da divulgação dos indicadores, sendo que apenas os indicadores 201-1 e 201-2 possuíram um grau de divulgação superior a 50%.

Após o apuramento dos graus de divulgação de cada aspeto dos indicadores de desempenho económico, procedeu-se ao agrupamento dos mesmos de modo a calcular a sua média percentual.

Tabela 4.2 Média percentual dos graus de divulgação económico

Divulgações Económicas	Aspeto	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Desempenho económico	56%	57%	59%	64%	58%	52%
	Presença no mercado	35%	41%	41%	37%	33%	31%
	Impactos económicos indiretos	38%	36%	41%	48%	43%	41%
	Práticas de compra	44%	44%	56%	63%	51%	48%
	Anticorrupção	53%	53%	58%	60%	57%	48%
	Concorrência desleal	44%	40%	40%	42%	37%	30%
	Geral	48%	48%	52%	55%	49%	44%

Fonte Elaboração própria

Como é possível confirmar através da Tabela 4.2, os aspetos que possuem uma média percentual mais elevada são “Desempenho Económico”, “Práticas de Compra” e “Anticorrupção”, demonstrando que estes são as que têm maior relevância para as empresas durante os seis anos.

Pelo contrário, os aspetos “Presença no Mercado”, “Impactos Económicos Indiretos” e “Concorrência desleal” são os que possuem menor importância para as empresas uma vez que o seu grau de divulgação não atingiu nem ultrapassou os 50% desde o ano de 2015 até 2020.

No geral, o grau de divulgação dos indicadores de divulgação económico foi cerca de 48% nos anos de 2015 e 2016, tendo aumentado em 2017 e 2018 (52% e 55%, respetivamente), uma vez que foi implementada a obrigatoriedade de aplicar a Diretiva n.º 2014/95/UE contemplada no Decreto-Lei n.º 89/2017. No ano de 2019, o mesmo diminuiu para 49%, possivelmente fruto dos efeitos da pandemia provocada pelo vírus Covid-19, sendo que o ano de 2020 foi o pior ano do período em análise uma vez que a média percentual dos graus de divulgação atingiu apenas 44%.

Numa segunda instância, analisa-se a questão Q1.2 – “Qual o nível de divulgação dos indicadores ambientais?” verificando-se o grau de divulgação dos indicadores GRI ao nível ambiental de 2015 a 2020, como é possível verificar na Tabela 4.3.

Tabela 4.3 Grau de divulgação de indicadores ambientais

Indicador	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Materiais							
301-1	Materiais utilizados	51%	51%	53%	49%	44%	40%
301-2	Materiais reciclados utilizados	30%	30%	35%	37%	35%	33%
301-3	Produtos e embalagens recuperados	30%	29%	31%	35%	35%	23%
Energia							
302-1	Consumo direto de energia	79%	79%	84%	88%	74%	63%
302-2	Consumo indireto de energia	44%	42%	44%	51%	49%	35%
302-3	Intensidade energética	68%	65%	70%	79%	70%	58%
302-4	Redução do consumo de energia	65%	63%	67%	74%	65%	53%
302-5	Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços	42%	42%	42%	47%	47%	40%
Água							
303-1	Consumo total de água, por fonte	74%	74%	79%	84%	67%	53%
303-2	Recursos hídricos afetados	26%	21%	30%	40%	33%	44%
303-3	Água reciclada e reutilizada	47%	42%	56%	56%	51%	53%
303-4	Desperdício de água	0%	0%	3%	15%	17%	43%
303-5	Consumo de água	0%	0%	0%	13%	19%	48%
Biodiversidade							
304-1	Zonas protegidas	40%	44%	44%	47%	42%	44%
304-2	Impactos na biodiversidade	35%	35%	35%	40%	37%	40%
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	33%	33%	37%	37%	37%	37%
304-4	Espécies em risco de extinção	26%	23%	26%	30%	30%	30%
Emissões							
305-1	Emissões diretas de GEE	70%	72%	79%	79%	67%	58%
305-2	Emissões indiretas de GEE	70%	70%	81%	79%	65%	58%
305-3	Outras emissões indiretas de GEE	51%	53%	56%	63%	53%	47%
305-4	Intensidade de emissões de GEE	59%	63%	65%	67%	58%	51%
305-5	Redução de emissões de GEE	53%	53%	60%	65%	49%	47%
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono	40%	42%	44%	47%	42%	37%
305-7	Nox, Sox e outras emissões atmosféricas	49%	51%	49%	51%	47%	47%
Efluentes e Resíduos							
306-1	Produção de efluentes líquidos	47%	44%	44%	40%	40%	37%
306-2	Resíduos por tipo e por destino	74%	67%	77%	79%	70%	56%
306-3	Ocorrência de derrames	37%	35%	42%	47%	42%	52%
306-4	Resíduos perigosos transportados	26%	19%	21%	23%	30%	40%
306-5	Descargas de água e drenagem	26%	21%	23%	21%	29%	35%
Conformidade ambiental							
307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais	60%	51%	63%	72%	58%	49%
Avaliação ambiental de fornecedores							
308-1	Novos fornecedores	34%	30%	37%	44%	37%	35%
308-2	Impactos ambientais na cadeia de fornecimento e medidas tomadas	27%	26%	28%	33%	30%	28%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos indicadores de desempenho ambiental, é possível verificar que os indicadores que possuem maior relevância ao longo dos seis anos são “Consumo direto de energia”, “Intensidade energética”, “Redução do consumo de energia”, “Consumo total de água”, “Emissões diretas de GEE”, “Emissões indiretas de GEE”, “Intensidade de emissões de GEE” e “Resíduos por tipo e por destino”, cujos graus de divulgação são superiores a 50% durante todo o período analisado.

Pelo contrário, os indicadores menos relevantes dizem respeito ao “Consumo de água” e “Desperdício de água” (média de divulgação de 13%), “Resíduos perigosos transportados” e “Descargas de água e drenagem” (média de divulgação de 26%).

Como é possível verificar, os indicadores 303-4 e 303-5 possuíram um grau de divulgação nulo nos anos de 2015 e 2016, uma vez que se tratam de indicadores novos introduzidos pela versão *standard* que, nos anos anteriores a 2017, não tinham correspondência nas versões 3 e 4 das diretrizes GRI.

Tal como se observou nos graus de divulgação dos indicadores económicos, é possível observar que também os graus de divulgação dos indicadores ambientais sofreram uma variação positiva de cerca de 5% no ano de 2017 em todos os aspetos, à exceção do indicador 305-7 que sofreu uma descida de 2%, e dos indicadores 302-5, 303-5, 304-1, 304-2 e 306-1 que não sofreram qualquer alteração na transição do ano.

Em 2019, com exceção dos indicadores 303-5, 306-4 e 306-5, ocorreu uma variação negativa de cerca de 5% no grau de divulgação de todos os indicadores de cariz ambiental, sendo que as categorias que sofreram uma diminuição mais acentuada foram “Energia”, “Emissões” e “Conformidade ambiental”.

No ano de 2020 ocorreu uma diminuição geral no grau de divulgação dos indicadores ambientais, contudo os aspetos que sofreram uma diminuição mais acentuada foram “Energia” (-11%), “Conformidade ambiental” (-9%), “Emissões” (-5%) e “Avaliação ambiental de fornecedores” (-5%). Por sua vez, os aspetos “Água” e “Efluentes e Resíduos” sofreram um aumento em praticamente todos os respetivos indicadores.

Tal como foi feito para os indicadores de divulgação económica, após o apuramento dos graus de divulgação de cada aspeto dos indicadores de desempenho ambiental, procedeu-se ao cálculo da média percentual dos mesmos.

Tabela 4.4 Média percentual dos graus de divulgação ambiental

Divulgações Ambientais	Aspetto	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Materiais	37%	37%	40%	40%	38%	32%
	Energia	60%	58%	61%	68%	61%	50%
	Água	29%	27%	34%	41%	37%	48%
	Biodiversidade	33%	34%	35%	38%	37%	38%
	Emissões	56%	58%	62%	64%	54%	49%
	Efluentes e Resíduos	42%	37%	41%	42%	42%	44%
	Conformidade ambiental	60%	51%	63%	72%	58%	49%
	Avaliação ambiental de fornecedores	30%	28%	33%	38%	34%	31%
	Geral	44%	43%	47%	51%	46%	44%

Fonte Elaboração própria

Através da Tabela 4.4, é possível verificar que as empresas, ao longo do período analisado, atribuíram uma relevância mais elevada aos indicadores dos aspetos “Energia”, “Emissões” e “Conformidade ambiental”, dado que a média percentual dos restantes graus de divulgação ambiental situam-se abaixo dos 50%.

Pelo contrário, o aspeto “Avaliação ambiental de fornecedores” é o que possui uma média percentual mais reduzida ao longo dos seis anos, seguindo-se os aspetos “Água”, “Biodiversidade” e “Materiais”.

No geral, a média percentual do grau de divulgação dos indicadores de divulgação ambiental ultrapassou os 50% apenas no ano de 2018, sendo que durante os restantes cinco anos situou-se abaixo dos 50%. Destes, os anos de 2017 e 2019 foram os que possuíram uma maior divulgação (47% e 46% respetivamente).

O ano de 2019 foi o que apresentou uma variação negativa mais acentuada (5%) face ao ano anterior, contudo no ano de 2020 a média percentual do grau de divulgação sofreu igualmente uma variação negativa e acabou com uma divulgação média de 44%.

Numa terceira e última instância, analisa-se a questão Q1.3 – “Qual o nível de divulgação dos indicadores sociais?” verificando-se o grau de divulgação dos indicadores GRI ao nível social de 2015 a 2020. Dado que os indicadores sociais podem ser agrupados em subcategorias, a análise irá dividir-se deste modo.

Tabela 4.5 Grau de divulgação de indicadores sociais – Práticas Laborais e Condições de Trabalho

Indicador	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Emprego							
401-1	Novas contratações e rotatividade	70%	67%	72%	79%	70%	65%
401-2	Benefícios a colaboradores em tempo integral	58%	56%	63%	67%	63%	53%
401-3	Licença parental	56%	47%	49%	56%	56%	49%
Relações laborais							
402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	47%	42%	42%	44%	33%	33%
Saúde e segurança no trabalho							
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	51%	44%	44%	53%	51%	58%
403-2	Tipos e taxas de lesões e doenças	74%	74%	79%	81%	67%	60%
403-3	Colaboradores com elevada incidência ou risco de doenças relacionadas o trabalho	53%	56%	60%	67%	53%	58%
403-4	Acordos formais com sindicatos	44%	42%	47%	53%	51%	56%
403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	0%	0%	3%	16%	19%	52%
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	0%	0%	3%	18%	21%	50%
403-7	Prevenção e mitigação de impactos	0%	0%	3%	18%	21%	45%
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	0%	0%	0%	13%	19%	43%
403-9	Acidentes de trabalho	0%	0%	3%	18%	21%	55%
403-10	Doenças profissionais	0%	0%	0%	10%	17%	40%
Formação e educação							
404-1	Horas de formação	79%	79%	86%	88%	74%	65%
404-2	Gestão de competências e aprendizagem contínua	47%	42%	47%	58%	51%	56%
404-3	Avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira	63%	56%	60%	65%	56%	58%
Diversidade e igualdade de oportunidades							
405-1	Composição dos órgãos sociais	67%	74%	81%	86%	72%	67%
405-2	Salário base e remuneração da mulher e do homem	56%	53%	53%	60%	58%	58%
Não discriminação							
406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	47%	49%	56%	51%	44%	49%

Fonte: Elaboração própria

Como é possível verificar através da Tabela 4.5, da subcategoria Práticas Laborais e Condições do Trabalho, os indicadores que apresentam um maior grau de divulgação ao longo dos seis anos são “Horas de formação” (média de 79%), “Composição dos órgãos

sociais” (média de 75%), “Tipos e taxas de lesões e doenças” (média de 73%) e “Novas contratações e rotatividade” (média de 71%).

Da mesma forma, verifica-se que os indicadores para os quais não foi atribuída uma importância relevante, com um grau de divulgação médio abaixo dos 20%, foram “Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho”, “Promoção da saúde do trabalhador”, “Prevenção e mitigação de impactos”, “Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho”, “Acidentes de trabalho”, e “Doenças profissionais”.

Como se pode observar, os indicadores 403-5 a 403-10 possuíram um grau de divulgação nulo no período 2015-2016, o que pode ser explicado pelo facto de serem indicadores novos introduzidos pela versão *standard* em 2017, e que não tinham correspondência nas versões 3 e 4 das diretrizes GRI nos anos anteriores a esse ano.

Tal como aconteceu nos indicadores económicos e ambientais, em 2017 ocorreu uma subida generalizada no grau de divulgação desta subcategoria de indicadores sociais, sendo que nenhum indicador sofreu uma variação negativa na sua divulgação.

Na transição para o ano de 2018 apenas o indicador “Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas” sofreu uma descida no grau de divulgação, uma vez que os restantes sofreram uma subida geral.

O ano de 2019 sofreu uma descida geral média de cerca de 4% face ao ano anterior, contudo apenas os indicadores 402-1, 403-5 a 403-10 e 406-1 possuíram um grau de divulgação abaixo dos 50%.

No ano de 2020, à exceção do indicador “Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais”, todos os indicadores possuíram um grau de divulgação acima dos 40%, o que indica uma maior preocupação pelas práticas laborais e pelas condições de trabalho.

Na Tabela 4.6 é possível verificar qual o grau de divulgação dos indicadores sociais da subcategoria Direitos Humanos.

Tabela 4.6 Grau de divulgação de indicadores sociais – Direitos Humanos

Indicador	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Liberdade de associação e negociação coletiva							
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	35%	35%	44%	44%	35%	35%
Trabalho infantil							
408-1	Risco significativo de incidentes de trabalho infantil	44%	44%	53%	51%	37%	37%
Trabalho forçado ou análogo ao escravo							
409-1	Risco de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo	35%	35%	49%	47%	37%	40%
Práticas de segurança							
410-1	Pessoal de segurança que recebeu formação	26%	26%	30%	28%	28%	23%

Fonte Elaboração própria

Verifica-se que dos 4 indicadores acima demonstrados, apenas o aspecto “Trabalho Infantil” nos anos de 2017 e 2018 possuiu um grau de divulgação superior a 50%, sendo que nos restantes anos não atingiu valores superiores aos 50%. Verifica-se igualmente que o indicador 410-1 é o que possui um menor grau de divulgação ao longo dos cinco anos.

É possível observar que na transição do ano de 2015 para 2016 não existiram variações no grau de divulgação de indicadores relacionados com os direitos humanos, sendo que, seguindo a tendência dos indicadores anteriormente analisados, em 2017 existiu uma variação positiva e em 2019 uma variação negativa nos mesmos.

No ano de 2020, os indicadores 407-1 e 408-1 mantiveram o mesmo grau de divulgação do ano anterior, sendo que o grau de divulgação do indicador 409-1 aumentou apenas 2% e do indicador 410-1 diminuiu 5%.

Após esta análise, é demonstrado que as empresas dão uma baixa importância à divulgação de indicadores relacionados com os direitos humanos dado que a média geral de divulgação dos mesmos não ultrapassa os 50%.

Através da Tabela 4.7 verificam-se os graus de divulgação dos indicadores sociais relativamente à subcategoria Sociedade.

Tabela 4.7 Grau de divulgação de indicadores sociais – Sociedade

Indicador	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Direitos dos povos indígenas							
411-1	Casos de violação de direitos de povos indígenas e medidas tomadas	12%	9%	12%	9%	14%	19%
Avaliação de direitos humanos							
412-1	Operações submetidas a avaliações	23%	23%	26%	28%	35%	33%
412-2	Formação sobre direitos humanos	30%	28%	35%	35%	35%	37%
412-3	Acordos e contratos de investimentos	28%	26%	33%	33%	33%	33%
Comunidades locais							
413-1	Programas de envolvimento	56%	56%	63%	72%	58%	56%
413-2	Operações com impactos negativos	32%	30%	35%	35%	37%	40%
Avaliação social de fornecedores							
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	44%	40%	49%	53%	42%	44%
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	39%	30%	35%	44%	37%	33%
Políticas públicas							
415-1	Contribuições políticas	28%	26%	30%	33%	37%	28%

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito aos indicadores relacionados com a sociedade, o indicador “Programas de envolvimento” com as comunidades locais é o único cujo grau de divulgação se mantém acima dos 50% ao longo de todos os seis anos analisados, chegando a atingir os 72% no ano de 2018.

No entanto, os indicadores “Casos de violação de direitos de povos indígenas e medidas tomadas” e “Operações submetidas a avaliações” de direitos humanos, são os que possuem a média mais baixa entre 2015-2020, sendo o grau médio geral de divulgação de 12% e 28% respetivamente.

Na transição do ano de 2015 para 2016 ocorreu uma descida geral média de 3% no grau de divulgação dos indicadores analisados. Contudo, tal como aconteceu na subcategoria dos direitos humanos, em 2017 ocorreu uma variação média positiva de 5% na subcategoria da sociedade, ao contrário do que ocorreu em 2019 cujos graus de divulgação sofreram uma descida média de 2% e de 1% no ano de 2020.

Por último, através da Tabela 4.8, é possível verificar os graus de divulgação dos indicadores sociais da subcategoria “Responsabilidade pelo Produto”.

Tabela 4.8 Grau de divulgação de indicadores sociais – Responsabilidade pelo Produto

Indicador	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Segurança e saúde do cliente							
416-1	Impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	58%	56%	56%	63%	56%	49%
416-2	Casos de não conformidade	44%	42%	51%	63%	53%	44%
Rotulagem de produtos e serviços							
417-1	Informações sobre produtos e serviços	47%	37%	49%	47%	42%	37%
417-2	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem	40%	35%	44%	40%	32%	26%
417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicações de <i>marketing</i>	35%	30%	40%	33%	30%	28%
Privacidade do cliente							
418-1	Reclamações fundamentadas relativas à violação de privacidade dos clientes	40%	33%	40%	40%	33%	30%
Conformidade socioeconómica							
419-1	Não conformidades com as leis e regulamentos	47%	42%	50%	47%	47%	42%

Fonte Elaboração própria

Relativamente aos graus de divulgação dos indicadores sociais pertencentes à subcategoria “Responsabilidade pelo Produto”, pode verificar-se que o indicador “Impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços” é único que possui uma relevância superior em relação aos restantes, dado que o seu grau de divulgação se mantém acima dos 50% ao longo dos primeiros cinco anos, seguindo-se o restante indicador referente à segurança e saúde do cliente, “Casos de não conformidade”.

Os restantes 5 indicadores, em qualquer um dos anos, possuem graus de divulgação iguais ou inferiores a 50%, sendo que são os indicadores 417-2, 417-3 e 418-1 que possuem, em média, os menores graus gerais de divulgação (36%, 33% e 36% respetivamente).

Tal como se verificou nas subcategorias anteriores, também para a subcategoria “Responsabilidade pelo Produto” se verifica uma variação geral média positiva de 8% na divulgação dos indicadores sociais de 2016 para 2017, e uma variação média negativa de 5% tanto em 2019 como em 2020.

À semelhança do foi realizado para os indicadores de divulgação económica e ambiental, após o apuramento dos graus de divulgação de cada aspeto dos indicadores de desempenho social, procedeu-se ao cálculo da média percentual dos mesmos agrupando os indicadores pelas suas categorias, como se pode verificar na Tabela 4.9.

Tabela 4.9 Média percentual dos graus de divulgação social

Subcategoria/Aspetos		2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Divulgações Sociais	Práticas Laborais e Condições de Trabalho	Emprego	61%	57%	61%	67%	63%	56%
		Relações laborais	47%	42%	42%	44%	33%	33%
		Saúde e segurança ocupacional	22%	22%	24%	35%	34%	52%
		Formação e educação	63%	59%	64%	71%	60%	60%
		Diversidade e igualdade de oportunidades	62%	64%	67%	73%	65%	63%
		Não discriminação	47%	49%	56%	51%	44%	49%
	Direitos Humanos	Liberdade de associação e negociação coletiva	35%	35%	44%	44%	35%	35%
		Trabalho infantil	44%	44%	53%	51%	37%	37%
		Trabalho forçado ou análogo ao escravo	35%	35%	49%	47%	37%	40%
		Práticas de segurança	26%	26%	30%	28%	28%	23%
	Sociedade	Direitos dos povos indígenas	12%	9%	12%	9%	14%	19%
		Avaliação de direitos humanos	27%	26%	31%	32%	34%	34%
		Comunidades locais	44%	43%	49%	53%	48%	48%
		Avaliação social de fornecedores	41%	35%	42%	49%	40%	38%
		Políticas públicas	28%	26%	30%	33%	37%	28%
	Responsabilidade pelo Produto	Segurança e saúde do cliente	51%	49%	53%	63%	55%	47%
		Rotulagem de produtos e serviços	40%	34%	44%	40%	35%	30%
		Privacidade do cliente	40%	33%	40%	40%	33%	30%
		Conformidade socioeconómica	47%	42%	50%	47%	47%	42%
	Geral		39%	37%	42%	46%	42%	45%

Fonte Elaboração própria

Através dos dados acima demonstrados, é possível verificar que, durante os seis anos analisados, as empresas atribuíram uma relevância mais elevada aos aspetos “Emprego”, “Formação e Educação”, “Diversidade e Igualdade de Oportunidades”, pertencentes à subcategoria “Práticas Laborais e Condições de Trabalho”, uma vez que o seu grau de divulgação se manteve acima dos 50% desde 2015 a 2020.

Pelo contrário, os aspetos “Práticas de segurança”, “Direitos dos povos indígenas”, “Avaliação de direitos humanos” e “Políticas Públicas” são os que apresentam uma menor média percentual geral de divulgação, demonstrando uma fraca relevância das mesmas nas empresas analisadas.

De um modo geral, a média percentual do grau de divulgação dos indicadores de divulgação social nunca ultrapassou os 50% durante os seis anos. É possível verificar que os graus médios de divulgação dos indicadores sociais sofreram uma diminuição no ano de 2016 e 2019, sendo que atingiram o seu máximo nos anos de 2018 e 2020 (46% e 45% respetivamente).

4.1.2 Índices de divulgação

Neste ponto pretende-se determinar o índice de divulgação dos desempenhos económico (IDE), ambiental (IDA) e social (IDS). Para tal, através da metodologia utilizada no presente estudo, procedeu-se ao cálculo dos índices tendo em conta o número de indicadores existentes a nível económico (13), ambiental (32) e social (40), tal como demonstrado pelas fórmulas abaixo:

Índice de Desempenho Económico (IDE)

$$IDE_i = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n \quad (4.1)$$

Índice de Desempenho Social (IDS)

$$IDS_i = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n \quad (4.2)$$

Índice de Desempenho Ambiental (IDA)

$$IDA_i = \left[\sum_{j=1}^e \frac{e_j}{e} \right] / n \quad (4.3)$$

Em que:

e_j = Empresa j em análise. Variável dicotómica com valor 1 ou 0

e = Número máximo de indicadores de desempenho (económico=13; ambiental=32; social=40)

n = Número máximo de empresas (43)

Numa primeira fase, pretende-se determinar o IDE para cada ano do período em análise.

Tabela 4.10 Índice de Desempenho Económico

Índice de Desempenho Económico (IDE)						
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº Indicadores	6	6	7	7	6	6

Fonte Elaboração própria

Como se pode observar pela Tabela 4.10, o IDE apresenta um valor de 6 indicadores divulgados nos anos de 2015 e 2016, tendo o mesmo subido para 7 indicadores nos anos de 2017 e 2018. Nos anos de 2019 e 2020 o IDE sofreu uma variação negativa, terminando com 6 indicadores económicos divulgados, num total de 13.

No estudo realizado por Carvalho (2008), é concluído que no ano de 2006 o IDE atingiu um total de 3 indicadores económicos divulgados (num total de 9), isto é 33%, sendo que na análise mais recente efetuada por Roma (2016), no ano de 2013 o IDE atingiu um valor de 4 indicadores (num total de 9), que representa 44%.

Neste sentido, é possível demonstrar que o IDE sofreu um aumento gradual até ao ano de 2018, tendo sido na passagem para o ano de 2019 que ocorreu uma redução, ainda que a mesma não seja significativa.

Uma vez que o número total de indicadores económicos existentes nas diretrizes GRI é de 13, é possível verificar que no ano de 2017 e 2018 são divulgados mais de 50% dos mesmos (52% e 55%, respetivamente), encontrando-se esta percentagem abaixo dos 50% nos restantes anos.

Numa segunda fase, pretende-se determinar o IDA, no período de 2015 a 2020.

Tabela 4.11 Índice de Desempenho Ambiental

Índice de Desempenho Ambiental (IDA)						
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº Indicadores	14	14	15	16	15	14

Fonte Elaboração própria

Através da Tabela 4.11, é possível observar que no ano de 2015 e 2016 o número de indicadores ambientais divulgados manteve-se estável, atingindo um valor de 14 indicadores em ambos os anos, tendo este aumentado um indicador no ano de 2017 e 2018, cujos IDA foram de 15 e 16 respetivamente. À semelhança do que ocorreu com o IDE, no ano de 2019

o IDA sofreu uma variação negativa, sendo os indicadores divulgados apenas 15. No último ano o IDA reduziu 1 indicador, atingindo os 14 indicadores.

Carvalho (2008), chegou a um resultado de 7 indicadores (num total de 30), isto é 23%, para o IDA no ano de 2006, tendo este sofrido um aumento brutal até ao ano de 2013 uma vez que Roma (2016) concluiu que o IDA desse ano atingiu um valor de 19 indicadores divulgados (num total de 30), ou seja, 63%.

Para um total de 32 indicadores ambientais propostos pelas diretrizes GRI, é de notar que, de 2015 a 2017 e de 2019 a 2020, o IDA não atinge os 50% de indicadores divulgados, contudo também não se encontra abaixo dos 40%. É somente no ano de 2018 que o IDA atinge os 51%.

Numa terceira fase, tal como nas anteriores, pretende-se determinar IDS entre os anos de 2015 e 2020.

Tabela 4.12 Índice de Desempenho Social

Índice de Desempenho Social (IDS)						
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº Indicadores	16	15	17	18	17	18

Fonte Elaboração própria

Tal como se pode verificar através da Tabela 4.12, o IDS atingiu um valor de 16 indicadores divulgados no ano de 2015, tendo sofrido uma redução de um indicador no ano de 2016, recuperando dois indicadores no ano de 2017 ao atingir um total de 17 indicadores divulgados. À semelhança do IDE e IDA, o IDS atingiu os seus valores mais elevados no ano de 2018, existindo uma variação positiva neste ano atingindo um valor de 18 indicadores. No ano de 2019, o IDS sofreu uma redução apenas de 1 ponto, ao atingir novamente um valor total de 17 indicadores sociais divulgados. Contudo, no ano de 2020 o IDS recuperou o ponto perdido no ano anterior, voltando a atingir os 18 indicadores sociais divulgados.

No estudo realizado por Carvalho (2008), o mesmo chegou a um resultado de 10 indicadores (num total de 40), isto é 25%, para o IDS no ano de 2006, sendo que, através do estudo de Roma (2016), em 2013 o mesmo atingiu um valor de 22 indicadores divulgados (num total de 40), representando 55% dos indicadores.

Tendo em conta que 40 é o número total de indicadores sociais, o IDS em qualquer um dos anos não chega a atingir os 50% de divulgação, sendo a divulgação máxima de 46% em 2018 e mínima de 37% em 2016, demonstrando que as empresas não possuem uma preocupação relevante em divulgar informações de cariz social de acordo com as diretrizes GRI.

Numa última fase, procedeu-se à análise dos indicadores divulgados numa perspetiva geral, englobando os três índices de divulgação. Para tal, somou-se o IDE, o IDA e o IDS, sendo esta soma a representação do Índice Geral de Divulgação (IGD).

Tabela 4.13 Índice Geral de Divulgação

Índice Geral de Divulgação						
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº Indicadores	36	35	39	42	38	38

Fonte: Elaboração própria

Como é possível verificar através da Tabela 4.13, o IGD totaliza 36 indicadores divulgados no ano de 2015, tendo sofrido uma ligeira descida de 1 indicador no ano seguinte e de 4 indicadores de 2016 para 2017, atingindo um valor de 39 indicadores. Verifica-se que, no período analisado, o ano de 2018 foi o ano em que as empresas deram mais ênfase à divulgação da informação conforme as diretrizes GRI, atingindo um máximo de 42 indicadores divulgados. Nos dois últimos anos da análise, o IGD sofreu uma descida de 4 indicadores, atingindo 38 indicadores divulgados.

Em 2006, o resultado proveniente do estudo realizado por Carvalho (2008), indica que foram divulgados 20 indicadores (num total de 79), isto é 25% dos indicadores, sendo que em 2013 foram divulgados 38% dos indicadores segundo Roma (2016).

Tendo em conta que o número total de indicadores é 85, sendo 13 económicos, 32 ambientais e 40 sociais, pode concluir-se que a percentagem de indicadores divulgados entre 2015 e 2019 se situa entre os 41% e os 49%, o que significa que em nenhum dos anos analisados se chega a divulgar metade dos indicadores de desempenho e que, por esse motivo, as empresas da amostra atribuem uma importância reduzida à adoção das diretrizes GRI.

Através do Gráfico 4.1 abaixo é possível verificar a evolução dos índices de desempenho ao longo dos anos de 2015 a 2020.

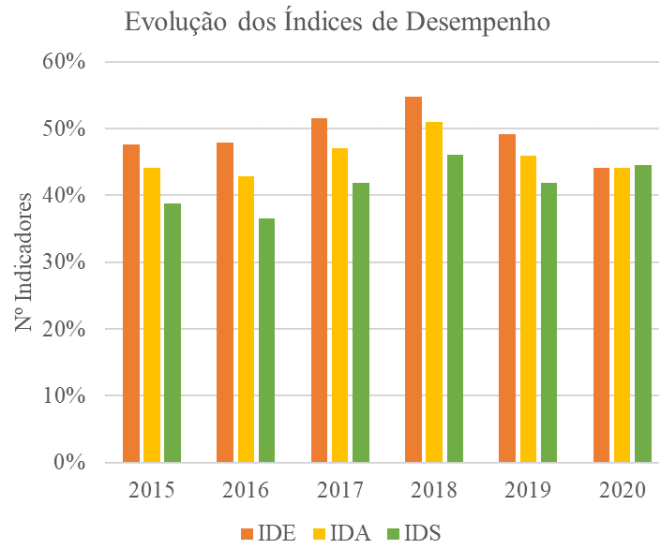


Gráfico 4.1 Evolução dos Índices de Desempenho

Fonte Elaboração própria

Pode concluir-se que, ao longo dos primeiros cinco anos (2015 a 2019), os índices de desempenho seguem a mesma tendência, no sentido em que os indicadores económicos são os mais divulgados, seguindo-se os indicadores ambientais e, por fim, os indicadores sociais. Contudo, no ano de 2020 os índices de desempenho atingiram praticamente o mesmo nível, sendo o IDE e IDA de 44% e o IDS de 45%.

O IDA supera os 50% apenas em 1 ponto percentual no ano de 2018, sendo que nos restantes anos não atinge metade dos indicadores ambientais. O IDS não supera os 50% em nenhum dos anos do período analisado. Por sua vez, o IDE divulga mais de metade dos indicadores económicos apenas em 2017 e 2018, encontrando-se abaixo da metade da totalidade nos restantes anos.

Neste sentido, é na esfera económica que, no geral, existe uma maior preocupação em divulgar as informações respetivas de acordo com as diretrizes GRI.

4.2 Análise bivariada

Através dos resultados da análise univariada, anteriormente discutidos, foi possível obter os dados necessários para a resolução da análise bivariada abordada neste ponto. A análise bivariada tem como objetivo responder à segunda questão de investigação:

Questão 2 – Qual a relação existente entre o grau de divulgação geral GRI e os fatores dimensão e rendibilidade?

- Q2.1 – Que relação existe entre o grau de divulgação geral GRI e a dimensão das empresas?
- Q2.2 – Que relação existe entre o grau de divulgação geral GRI e a rendibilidade das empresas?

Com esta análise, é possível determinar que correlação existe entre as variáveis grau de divulgação geral, dimensão através do Ativo Total (AT), e rendibilidade através da Rendibilidade dos Capitais Próprios (RCP).

É de notar que, para a realização desta análise, foram consideradas apenas 42 empresas da amostra, uma vez que não foi possível obter as informações financeiras necessárias da empresa Lidl & Companhia.

4.2.1 Relação entre o grau de divulgação geral GRI e a dimensão das empresas

Tal como já foi anteriormente referido, neste estudo, o fator dimensão foi medido através do AT da empresa. De modo a analisar a questão Q2.1 é realizada uma análise à correlação existente entre a dimensão e o nível de divulgação geral dos indicadores GRI medido pelo IGD, tal como se pode observar pela Tabela 4.14.

Tabela 4.14 Relação entre o grau de divulgação GRI e a dimensão das empresas

Correlações							
			AT	IDE	IDA	IDS	IGD
Tau_b de Kendall	AT	Coeficiente de Correlação	1,000	,326**	,369**	,310**	,359**
		Sig. (2 extremidades)		0,000	0,000	0,000	0,000
		N	252	252	252	252	252
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades)							

Fonte Elaboração própria

Para a correlação entre a dimensão da empresa, representada pelo AT, e o grau de divulgação GRI, o valor do Tau b de Kendall é de 0,359 o que indica uma associação positiva entre as

duas variáveis. A significância existente é de 0,000 o que aponta que o resultado é estatisticamente significativo ($p < 0,01$).

Adicionalmente, podemos verificar que existe uma associação positiva entre a dimensão da empresa e os três índices de desempenho, o que demonstra que a dimensão influencia positivamente a divulgação de informação com base nos indicadores e diretrizes GRI.

Os resultados obtidos vão ao encontro das conclusões existentes no estudo de Carvalho (2008), onde o autor concluiu que existe uma relação positiva entre a dimensão das empresas e a quantidade de informação divulgada. Também Esteves (2020) constatou que a dimensão está relacionada positivamente com o nível de divulgação de informação não financeira.

4.2.2 Relação entre o grau de divulgação geral GRI e a rentabilidade das empresas

No mesmo seguimento da análise anterior e de modo a estudar a questão Q2.2, é realizada uma análise à correlação existente entre a rentabilidade da empresa, medida pela RCP, e o nível de divulgação geral dos indicadores GRI que, tal como já foi referido, é medido pelo IGD. Esta correlação pode ser analisada através da Tabela 4.15.

Tabela 4.15 Relação entre o grau de divulgação GRI e a rentabilidade das empresas

		Correlações					
		RCP	IDE	IDA	IDS	IGD	
Tau_b de Kendall	RCP	Coeficiente de Correlação	1,000	0,056	,110*	0,102*	,102*
		Sig. (2 extremidades)		0,203	0,011	0,019	0,019
		N	252	252	252	252	252
*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades)							

Fonte Elaboração Própria

Relativamente à correlação entre a rentabilidade da empresa, representada pela RCP, e o grau de divulgação GRI, o valor do Tau b de Kendall é de 0,102 o que indica uma correlação fraca entre as duas variáveis, mas positiva. A significância existente é de 0,019 o que aponta que o resultado é estatisticamente significativo ($p < 0,05$).

Adicionalmente, podemos verificar que existe uma correlação positiva, mas bastante reduzida, entre a rentabilidade da empresa e os índices de divulgação IDA e IDS, sendo que

a área ambiental é a que apresenta um valor mais significativo de correlação, que atinge o valor de 0,110. Contudo, apesar da existência de correlação positiva entre a rendibilidade da empresa e o IDE, a mesma não é estatisticamente significativa.

Tal como na análise anterior, os resultados obtidos vão ao encontro das conclusões existentes no estudo de Carvalho (2008), onde o autor conclui que, por existir uma fraca influência do fator rendibilidade na divulgação dos indicadores de desempenho económico, ambiental e social, a RCP não influencia a divulgação de informação.

No mesmo sentido, o estudo realizado por Esteves (2020) evidencia igualmente que a rendibilidade não influencia a divulgação de informação não financeira.

4.3 Divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade

Neste ponto é realizada uma análise ao modo como as empresas divulgam o RS, se de forma independente ou integrada do RC. É importante realçar que a Tabela GRI deve estar presente tanto no RS como no RC e, neste último caso, divulgado em anexo.

Tabela 4.16 Divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade

Relatórios de Sustentabilidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Percentagem de RS independentes	70%	67%	72%	77%	56%	49%
Percentagem de RS integrados	14%	16%	19%	21%	23%	16%
Empresas sem RS	16%	16%	9%	2%	21%	35%

Fonte Elaboração própria

Através da Tabela 4.16 é possível verificar que, da análise efetuada após a recolha dos relatórios, de 2015 para 2016 o número de RS independentes sofreu uma ligeira diminuição e consequentemente um aumento ligeiro na percentagem de RS divulgados de forma integrada do RC, sendo que a percentagem de empresas que não divulgaram RS manteve-se o mesmo.

Os anos de 2017 e 2018 foram os anos em que existiu uma maior percentagem de RS publicados de forma independente, o que poderá significar maior preocupação e foco nas temáticas de desenvolvimento sustentável. Esses dois anos foram igualmente os períodos em que houve uma maior aderência na realização dos RS, uma vez que a percentagem de empresas que não publicaram os mesmos foi de 9% e 2%, respetivamente.

No ano de 2019 a ausência de publicação de RS foi notável ao existir uma maior percentagem (21%) de empresas que não publicaram o mesmo, atingindo apenas 56% de RS independentes contra 23% de RS integrados nos RC. Este acontecimento poderá ser explicado pelo facto da elaboração e publicação dos relatórios serem realizados no ano seguinte que, neste caso, foi 2020 - ano em que a pandemia provocada pelo vírus Covid-19 atingiu todo o mundo, provocando alterações no modo como as empresas atuaram e prosseguiram com a sua atividade.

No mesmo sentido, o ano de 2020 seguiu a mesma tendência do ano anterior, aumentando a percentagem de empresas que não publicou RS, que evoluiu de 21% para 35%, sendo que a percentagem de RS elaborados de forma independente diminuiu ligeiramente em cerca de 7%.

4.4 Nível de aplicação GRI

Nesta secção é analisado o nível de aplicação GRI utilizado pelas empresas ao longo do período considerado no estudo. As opções pelas quais se pode optar são “Essencial” ou “Abrangente”. Através do Gráfico 4.1 pode verificar-se o nível de aplicação GRI entre 2015 e 2020.

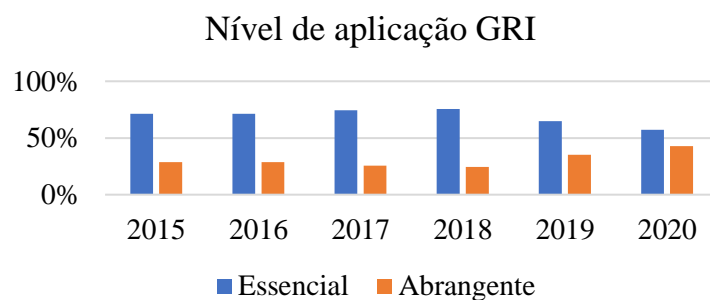


Gráfico 4.2 Nível de aplicação GRI

Fonte Elaboração Própria

Das 43 empresas da amostra considerada, é possível identificar que a maioria dos sumários de conteúdo GRI foram elaboradas de acordo com o nível de aplicação “Essencial”, divulgando o mínimo de informações necessárias ao entendimento sobre as características da organização, os tópicos materialmente relevantes e os impactos respetivos.

Dentro do período analisado, a utilização da opção “Abrangente” atingiu o seu máximo nos anos 2019 e 2020 com 35% e 43%, respetivamente, das empresas a optarem por este nível de divulgação, seguindo-se os anos 2015 e 2016 com 29% de relatórios onde foram divulgadas informações adicionais sobre estratégia, ética, integridade e modelo de governo da organização.

5 Conclusões

Nesta secção será apresentada uma síntese do estudo, as conclusões das análises univariada e bivariada realizadas, assim como as limitações existentes na investigação e sugestões para futuras investigações. O presente estudo tem como objetivo geral contribuir para a revisão de literatura acerca da sustentabilidade e da importância que as empresas atribuem à divulgação de indicadores de sustentabilidade económica, ambiental e social.

Para tal realizou-se uma análise aos graus de divulgação dos indicadores GRI assim como da relação existente entre os mesmos e a dimensão e rentabilidade das empresas. O estudo incidiu sobre 43 empresas presentes na base de dados da GRI, considerando um espaço temporal de cinco anos, de 2015 a 2020.

A sustentabilidade assenta em três pilares fundamentais: económico, ambiental e social, cujo equilíbrio é atingível através do desenvolvimento sustentável. Este equilíbrio é um dos maiores desafios à escala global, tornando-se num dos principais objetivos mundiais e locais para que seja possível proteger as necessidades das gerações futuras e harmonizar as necessidades das gerações atuais.

O desenvolvimento sustentável tem tido um foco crucial no modo como as empresas atuam nos mercados e perante a sociedade, transformando-as, reestruturando-as e levando-as a adotarem novas ideias, ferramentas e negócios que permitam diminuir o seu impacto ambiental e social e melhorar a sua performance organizacional e económica.

Neste sentido, a criação e a melhoria de condições sustentáveis podem ser alcançados através de uma posição de compromisso assumida pelas organizações perante a sociedade onde se inserem. Contudo, as mesmas enfrentam diversos desafios para atuarem de acordo com os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável, dado que o seu sucesso depende diretamente do modo como as mesmas se adaptam a esta realidade que se encontra em constante evolução.

Com a crescente globalização nos últimos anos, com a instabilidade económica, e com o acréscimo da concorrência, surgiu a gradual necessidade de investir na sustentabilidade de modo a ir ao encontro das expectativas dos *stakeholders*, aumentando o potencial do retorno investido pelos mesmos. A sustentabilidade, quando encarada como um desafio e estratégia

organizacionais, pode tornar-se numa ferramenta de diferenciação que permite às organizações assumirem uma posição sustentável a longo prazo, ao melhorar a sua produtividade e competitividade e o envolvimento com todos os *stakeholders*.

Surge então a RSE que é encarada como a consciencialização que as empresas possuem ao nível económico, ambiental e social, contribuindo esta para o desenvolvimento sustentável global através da transformação dos valores e da atividade empresarial. A RSE é, neste sentido, o modo como as organizações dão resposta às necessidades e aos desafios provenientes do desenvolvimento sustentável que têm vindo a aumentar com a globalização da economia e com a crescente importância que a sustentabilidade tem assumido no mercado e no mundo em geral.

O facto de a mentalidade dos consumidores ter vindo a alterar-se ao longo dos tempos em relação aos aspetos responsáveis e sustentáveis, levou a que as empresas começassem a elaborar RS para garantir a preservação do ambiente, dos direitos humanos e de toda a envolvente ambiental, económica e social. É através dos RS que se medem, divulgam e prestam informações não financeiras acerca do desempenho da organização a nível de sustentabilidade, e é onde se encontram relatados os impactos positivos e negativos a nível económico, ambiental e social da entidade ao longo do período relatado.

Em 2017, através do Decreto-Lei n.º 89/2017 que transpõe a Diretiva n.º 2014/95/UE, iniciou-se um novo ciclo no relato de informação não financeira que prevê que determinadas empresas são obrigadas a elaborar e divulgar informações não financeiras, nomeadamente no que diz respeito ao relato de sustentabilidade.

A forma como a informação não financeira é divulgada pode ser realizada através do referencial que as empresas considerarem mais conveniente no seio da sua atividade. No entanto, são as diretrizes da GRI que se destacam por servirem de referência para a maioria das empresas portuguesas, auxiliando-as na seleção da informação e no modo como a mesma deve ser divulgada.

Estas diretrizes servem de suporte para a identificação e reporte de todas as áreas sustentáveis que são relevantes na avaliação e decisão dos *stakeholders* e que permitem transmitir informações verdadeiras, com qualidade, rigor e utilidade. As mesmas assentam em diversos indicadores de desempenho económico, ambiental e social que devem ser utilizados na

divulgação das informações não financeiras, uma vez que a sua padronização possibilita a comparabilidade entre os relatórios ao longo dos anos e entre empresas.

No presente estudo, de modo a responder às questões da investigação, foram realizadas as análises univariada e bivariada.

Através da análise univariada foi possível concluir o seguinte:

- Relativamente ao desempenho económico, os aspetos que possuem um maior grau de divulgação ao longo de todo o período analisado estão relacionados com as categorias de desempenho económico, práticas de compra e anticorrupção. Pelo contrário, foi atribuída uma menor relevância aos indicadores pertencentes às categorias de presença no mercado, impactos económicos indiretos e concorrência desleal, cujo grau de divulgação não atingiu os 50%. No universo de 13 indicadores, o IDE atingiu os 6 indicadores divulgados nos anos de 2015, 2016, 2019 e 2020, tendo atingido o seu máximo em 2017 e 2018 com 7 indicadores divulgados.
- No que diz respeito ao desempenho ambiental, os indicadores das categorias energia, emissões e conformidade ambiental foram as que tiveram maior relevância dado que os seus graus de divulgação foram superiores a 50% no período em estudo. Pelo contrário, a avaliação ambiental de fornecedores, a água e a biodiversidade dizem respeito às categorias menos divulgadas pelas empresas. Num total de 32 indicadores ambientais, o IDA atingiu os 14 indicadores divulgados nos anos de 2015 e 2016, aumentando para 15 e 16 nos anos de 2017 e 2018, respetivamente. Em 2019 sofreu uma diminuição de 1 indicador, atingindo novamente o mínimo de 14 indicadores no ano de 2020.
- Por último, para o desempenho social, os aspetos relacionados com as categorias práticas laborais e condições de trabalho e responsabilidade pelo produto são os que apresentaram um maior grau de divulgação, comparativamente às categorias de direitos humanos e sociedade cuja relevância atribuída foi menor. Num total de 40 indicadores sociais, o IDS atingiu os 16 indicadores divulgados no ano de 2015, seguindo-se 15 indicadores no ano seguinte, e 17 e 18 nos anos de 2017 e 2018 respetivamente. No ano de 2019, o IDS atingiu novamente os 17 indicadores divulgados, tendo aumentado 1 indicador no último ano analisado.

Por fim, num total de 85 indicadores, o IGD foi de 36 indicadores divulgados em 2015, sendo de 35 no ano seguinte. O mesmo aumentou para 39 indicadores divulgados no ano de 2017, tendo atingido o seu máximo em 2018 (42 indicadores). No ano de 2019 e 2020 o IGD diminuiu 4 pontos, alcançando os 38 indicadores divulgados.

É possível concluir que existe uma evolução positiva nos índices de divulgação na transição do ano de 2017 para 2018, fruto da implementação da obrigatoriedade em aplicar a Diretiva n.º 2014/95/UE contemplada no Decreto-lei n.º 89/2017. Pelo contrário, no ano de 2019 a divulgação dos indicadores sofreu, no geral, uma variação negativa e os índices atingiram valores mínimos, o que poderá ser explicado pelo facto da execução e publicação dos relatórios serem realizados no ano de 2020, ano em que o mundo foi atingido pela pandemia provocada pelo vírus Covid-19, pelo que a atividade e a atuação das empresas foram afetadas.

Da análise bivariada foi possível obter as seguintes conclusões:

- A correlação entre a dimensão e o grau de divulgação dos indicadores GRI demonstra que existe uma relação positiva entre as duas variáveis, o que significa que a dimensão influencia positivamente a divulgação de indicadores ao nível económico, social e ambiental.
- Através da correlação existente entre a rendibilidade e o grau de divulgação dos indicadores GRI conclui-se que, apesar de existir uma relação positiva, existe uma fraca influência da rendibilidade na divulgação de informação sobre os desempenhos económico, social e ambiental.

As conclusões desta análise vão ao encontro do que Carvalho (2008) concluiu no seu estudo, no qual constatou que a divulgação de informação sobre o desempenho económico, social e ambiental é influenciada pelo fator dimensão e possuiu uma fraca influência por parte da rendibilidade. No estudo de Esteves (2020), as conclusões estão igualmente em consonância com as do presente estudo, uma vez que foi concluído que o tamanho da empresa afeta positivamente o índice de divulgação, ao contrário da rendibilidade que não aparentou ter relevância para o mesmo.

Através deste estudo, verificou-se que nos anos de 2015 e 2016 o número de RS independentes manteve-se praticamente mesmo. Os dois anos seguintes, 2017 e 2018,

apresentaram um maior número de RS publicados de forma independente do RC, o que poderá significar uma maior preocupação e dedicação nas temáticas de sustentabilidade por parte das empresas, sendo o período em que foi implementada a Diretiva n.º 2014/95/UE do Decreto-lei n.º 89/2017. Os dois últimos anos da análise, 2019 e 2020, foram os que apresentaram a maior ausência de RS publicados, situação que poderá ter sido influenciada pela instabilidade que a crise pandémica do vírus Covid-19 provocou à realidade empresarial.

Relativamente ao nível de aplicação das diretrizes GRI, conclui-se que a maioria dos sumários de conteúdo analisados foi elaborada de acordo com o nível “Essencial”, o que significa que as empresas optam por divulgar o mínimo de informações necessárias ao entendimento relativamente às suas características, aos tópicos materiais e respetivos impactos.

A realização deste estudo, assim como as conclusões do mesmo, apresentam algumas limitações. Em primeiro lugar, a dimensão da amostra considerada permite que os resultados alcançados sejam considerados apenas para as empresas analisadas, o que significa que as conclusões obtidas não deverão ser generalizadas. Do mesmo modo, o facto de o estudo se focar num período de tempo específico permite que as conclusões sejam apropriadas apenas aos seis anos analisados.

A segunda limitação diz respeito à subjetividade inerente à técnica de análise de conteúdo e à seleção e avaliação de informação dos relatórios, sendo que a disponibilidade e o acesso aos mesmos não se espelhou numa tarefa simples.

Por fim, outra limitação sentida prende-se com o facto de existir mais do que uma versão GRI, sendo que ao longo do período analisado as empresas adotaram as versões G3, G4 ou Standard, o que dificultou a correspondência entre as mesmas.

Para terminar, seguem-se algumas sugestões para futuras investigações. Dada a crescente importância da temática relacionada com a sustentabilidade no mundo atual individual e empresarial, seria interessante analisar alguns indicadores ou algumas categorias de forma isolada e mais aprofundada.

Futuras investigações poderiam reproduzir este estudo a uma amostra de maior dimensão ou a países estrangeiros, de modo a confirmar os resultados aqui apresentados e a aferir outras

realidades. Do mesmo modo, poderia ser considerada uma série temporal mais alargada de forma a analisar uma evolução mais abrangente.

Seria igualmente interessante que se realizasse uma análise de forma aprofundada ao período entre 2017 e 2019, desde a adoção da Diretiva n.º 2014/95/EU até ao momento em que o mundo se deparou com a crise pandémica provocada pelo vírus Covid-19.

6 Referências bibliográficas

- Alshehhi, A., Nobanee, H., & Khare, N. (2018). The Impact of Sustainability Practices on Corporate Financial Performance: Literature Trends and Future Research Potential. *Sustainability* 10 (2), 494. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su10020494>
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial (2021). *Propósito*. Disponível em: <http://www.apee.pt/apee/objetivos> [Consultado a 20 de março de 2021]
- Azevedo, G., & Tavares, M. (2020). Os desafios dos relatórios de sustentabilidade GRI na persecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável. *Revista Contabilista*, (239), 26-30. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/000324981758d4a849559>
- Bastos, C. (2017). *Adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por grandes empresas portuguesas: enfoque da integração e as lógicas subjacentes* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15305>
- BCSD (2005). A Era da Responsabilidade Social Empresarial. *Anuário de sustentabilidade*, 30-34. Disponível em: <https://bcdsportugal.org/wp-content/uploads/2013/10/AN2005.pdf>
- BCSD Portugal (2021). *Sustentabilidade*. Disponível em <https://www.bcdsportugal.org/sustentabilidade/> [Consultado a 10 de abril de 2021]
- Botelho, A. (2019). *Responsabilidade Social nas Empresas e Exigências de Relato ao Nível da Sustentabilidade* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, Portugal). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/31546>
- Cabo, I. (2019). *A sustentabilidade como fator impulsionador da competitividade empresarial - os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/10850>
- Calvinho, M. (2019). *Relatório de Responsabilidade Empresarial de acordo com as Diretrizes GRI - Estudo de caso da Sonae Sierra* (Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4359>
- Campenhoudt, L.V., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (1ª ed.). Lisboa: Gradiva
- Carvalho, P. (2008). *A influência da adoção da estrutura da Global Reporting Initiative nas empresas da Euronext de Lisboa* (Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal)

- Carvalho, V. (2020). *A análise aos relatórios integrados nas empresas portuguesas* (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/11501>
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- Costa, L. (2019). *Sustentabilidade segundo o Triple Bottom Line: um estudo de caso em uma empresa do setor de energia elétrica* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade Departamento de Administração, Fortaleza, Brasil). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/44822>
- Cravo, R. (2018). *A Evolução do Desenvolvimento Sustentável em Portugal nos últimos 30 anos*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências, Lisboa, Portugal). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/35290>
- Decreto-Lei n.º 89/2017. Diário da República. I Série 145 (28-07-2017) 4267-4271
- Dias, T. (2015). *A Sustentabilidade empresarial como estratégia na criação de valor* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/6526>
- Dinis, D. (2020). *Relatório de Sustentabilidade. O Caso da Universo Mineral Natural, S.A.* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, Portugal). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/34675>
- Duarte, M. & Rodrigues, J. (2012). *Responsabilidade social e ambiental das empresas* (1ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Dudik, A. (2012). *Framework for successfully implementing an inaugural GRI reporting process*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/6558>
- Esteves, J. (2020). *Relato de sustentabilidade e desempenho económico e financeiro em Portugal*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia do Porto, Porto, Portugal). Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/129731>
- Fernandes, D. (2019). *Informação Financeira e Não-Financeira*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, Portugal). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/31544>
- Figueiredo, A. (2018). *Responsabilidade social empresarial: um caminho possível para a sustentabilidade e negócios competitivos a partir da perceção dos colaboradores* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/18646>

- Franco, M. (2015). *Organização das Nações Unidas: Política Ambiental como Vetor de Segurança* (Dissertação de Mestrado, Academia da Força Aérea, Sintra, Portugal). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/11608>
- Galleli, B. (2017). *Sustentabilidade nas organizações: uma proposta de gestão a partir das inter-relações entre estratégia, competências organizacionais e competências humanas*. (Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, Brasil). Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-19042017-152850/pt-br.php>
- Global Reporting Initiative (2006). *Diretrizes para a Elaboração do Relatório de Sustentabilidade*. Disponível em : https://www.ipai.pt/fotos/gca/g3_pobr_rg_final_with_cover_1271097860.pdf
- Global Reporting Initiative (2020). *About Sustainability Reporting*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/default.aspx> [Consultado a 10 de Agosto de 2020]
- Global Reporting Initiative (2020). *GRI 101: Fundamentos 2016*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/> [Consultado a 10 de Agosto de 2020]
- Global Reporting Initiative (2021). Nossa missão e história. Disponível em: [GRI - Missão & História \(globalreporting.org\)](https://www.globalreporting.org/pt-br/about-us/mission-and-history/) [Consultado a 11 de Abril de 2021]
- Gomes, S.D. (2016). *Relato de sustentabilidade – práticas no setor financeiro em Portugal e Espanha* (Dissertação de mestrado, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Leiria, Portugal). Disponível em <https://ionline.ipleiria.pt/handle/10400.8/2305>
- ISO 26000 (2010). *Guidance on Social Responsibility*. Genebra: International Organization for Standardization. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/42546.html> [Consultado em 15 de fevereiro de 2021]
- Kuffour, F. (2019). *Application of Sustainability Concepts in Selected Countries*. (Dissertação de Mestrado, Faculty Of Economics and Administration, Pardubice, República Checa). Disponível em: <https://hdl.handle.net/10195/73697>
- Louro, J. (2018). *O relato social na estratégia empresarial: estudo de seis empresas cotadas em bolsa no período de 2013 a 2017* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal). Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/13267>
- Marques, M. (2019). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU – Desafios ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação Empresarial* (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/12318>

- Marujo, N. A., & Miranda, S. (2016). Os novos desafios da comunicação na sustentabilidade e na responsabilidade social interna das organizações. *Conferência - Investigação E Intervenção Em Recursos Humanos*, (6). Disponível em: <https://doi.org/10.26537/iirh.v0i6.2277>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf
- Organização das Nações Unidas (2020), *Objetivos de desenvolvimento sustentável – 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> [Consultado a 15 de agosto de 2020]
- ONU (2021). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> [Consultado a 18 de fevereiro de 2020]
- Parlamento Europeu e do Conselho (2014). *Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32014L0095> [Consultado a 5 de setembro de 2020]
- Passos, C. (2017). A ética - como motor da inovação empresarial e da sustentabilidade organizacional. *Gestão e Desenvolvimento*, (25), 55-73. Disponível em: <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2017.346>
- Pinto, T. (2014). *Sustentabilidade e a elaboração do Relatório de Sustentabilidade baseado na realidade das empresas portuguesas* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal). Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/5480>
- Pwc. (2017). *Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro*. Disponível em: <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/ods/pwc-report-ods.pdf>
- Reis, C. (2020). *O relato de informação não financeira após a aplicação da Diretiva 2014/95/EU: O que determina a divulgação da informação num relatório de sustentabilidade autónomo e a sua auditoria?* (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21810>
- Ribeiro, D. (2019). *A relevância da informação não financeira: estudo de caso Brisa* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Ciências Empresariais, Setúbal, Portugal). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/30375>
- Rodrigues, S. (2019). *Relatórios de Sustentabilidade em Portugal e Espanha: sua publicação e auditoria* (Dissertação de mestrado, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Leiria, Portugal). Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/4052>

- Roma, P. (2016). *Relatórios de sustentabilidade - comparação de divulgação 2008 vs 2013* (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/7217>
- Santos, A. (2020). *Ética e responsabilidade social na prática da gestão e da contabilidade* (Relatório de Estágio, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Viana do Castelo, Portugal). Disponível em: <http://repositorio.ipv.pt/handle/20.500.11960/2324>
- Santos, W., & Baptista, J. (2016). *Investimento Das Pequenas Empresas no Triple Bottom Line*. Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia. 1 (2). 109-120.
- Teixeira, C. (2011). *Relatórios de Sustentabilidade: que futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/2521>

7 Apêndices

Apêndice A – Correspondência entre as versões da GRI: indicadores económicos

Versão G3	Versão G4	Versão STD
Divulgações Económicas		
Indicadores económicos		
EC1	EC1	201-1
EC2	EC2	201-2
EC3	EC3	201-3
EC4	EC4	201-4
Presença no Mercado		
EC5	EC5	202-1
EC7	EC6	202-2
Impactos Económicos Indiretos		
EC8	EC7	203-1
EC9	EC8	203-2
Práticas de Compra		
EC6	EC9	204-1
Anticorrupção		
SO2	SO3	205-1
SO3	SO4	205-2
SO4	SO5	205-3
Concorrência Desleal		
SO7	SO7	206-1

Apêndice B – Correspondência entre as versões da GRI: indicadores ambientais

Versão G3	Versão G4	Versão STD
Divulgações Ambientais		
Materiais		
EN1	EN1	301-1
EN2	EN2	301-2
EN27	EN28	301-3
Energia		
EN3	EN3	302-1
EN4	EN4	302-2
-	EN5	302-3
EN5 + EN7	EN6	302-4
EN6	EN7	302-5
Água		
EN8	EN8	303-1
EN9	EN9	303-2
EN10	EN10	303-3
-	-	303-4
-	-	303-5
Biodiversidade		
EN11	EN11	304-1

EN12	EN12	304-2
EN13	EN13	304-3
EN15	EN14	304-4
Emissões		
EN16	EN15	305-1
EN16	EN16	305-2
EN17	EN17	305-3
-	EN18	305-4
EN18	EN19	305-5
EN19	EN20	305-6
EN20	EN21	305-7
Efluentes e Resíduos		
EN21	EN22	306-1
EN22	EN23	306-2
EN23	EN24	306-3
EN24	EN25	306-4
EN25	EN26	306-5
Conformidade ambiental		
EN28	EN29	307-1
Avaliação ambiental de fornecedores		
-	EN32	308-1
-	EN33	308-2

Apêndice C – Correspondência entre as versões da GRI: indicadores sociais

Versão G3	Versão G4	Versão STD
Divulgações Sociais		
Emprego		
LA1	LA1	401-1
LA3	LA2	401-2
-	LA3	401-3
Relações Laborais		
LA5	LA4	402-1
Saúde e Segurança Ocupacional		
LA6	LA5	403-1
LA7	LA6	403-2
LA8	LA7	403-3
LA9	LA8	403-4
-	-	403-5
-	-	403-6
-	-	403-7
-	-	403-8
-	-	403-9
-	-	403-10
Formação e Educação		
LA10	LA9	404-1
LA11	LA10	404-2
LA12	LA11	404-3

Diversidade e Igualdade de Oportunidades		
LA13	LA12	405-1
LA14	LA13	405-2
Não discriminação		
HR4	HR3	406-1
Liberdade de associação e negociação coletiva		
HR5	HR4	407-1
Trabalho Infantil		
HR6	HR5	408-1
Trabalho forçado ou análogo ao escravo		
HR7	HR6	409-1
Práticas de segurança		
HR8	HR7	410-1
Direitos dos povos indígenas		
HR9	HR8	411-1
Avaliação de direitos humanos		
HR3	HR9	412-1
HR2	HR2	412-2
HR1	HR1	412-3
Comunidades locais		
SO1	SO1	413-1
-	SO2	413-2
Avaliação social de fornecedores		
-	SO9 + HR10 + LA14	414-1
-	SO10 + HR11 + LA15	414-2
Políticas Públicas		
SO6	SO6	415-1
Segurança e saúde do cliente		
PR1	PR1	416-1
PR2	PR2	416-2
Rotulagem de produtos e serviços		
PR3	PR3	417-1
PR4	PR4	417-2
PR5	PR7	417-3
Privacidade do cliente		
PR8	PR8	418-1
Conformidade socioeconómica		
PR9	PR9 + SO8	419-1

Apêndice D – Forma de divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade

Empresa nº	Relatórios de Sustentabilidade 1- Independe ou 2- integrado											
	2015	1 ou 2 ?	2016	1 ou 2 ?	2017	1 ou 2 ?	2018	1 ou 2 ?	2019	1 ou 2 ?	2020	1 ou 2 ?
1	X	N/A	X	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
2	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
3	RS	10	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
4	X	N/A	X	N/A	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
5	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
6	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A
7	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A	RS	1
8	RS	1	RS	1	RC	2	RC	2	RC	2	RC	2
9	RS	1	RC	2	RC	2	RC	2	RC	2	RC	2
10	X	N/A	X	N/A	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
11	RS	1	RS	1	RS	1	RC	2	RC	2	RC	2
12	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
13	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A
14	RC	2	RC	2	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
15	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
16	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A	X	N/A
17	RS	1	RC	2	RC	2	RC	2	RC	2	RS	1
18	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A	X	N/A
19	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A	X	N/A
20	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A	X	N/A
21	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
22	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A	X	N/A
23	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RC	2	RC	2
24	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
25	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A	X	N/A
26	RS	1	RS	1	RC	2	RC	2	RC	2	RC	2
27	RC	2	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
28	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
29	X	N/A	X	N/A	RC	2	RC	2	RC	2	RC	2
30	RS	1	X	N/A	X	N/A	RS	1	RS	1	RS	1
31	RS	1	RS	1	RS	1	RC	1	RC	2	RS	1
32	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A	RS	1	X	N/A
33	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A
34	X	N/A	X	N/A	X	N/A	RS	1	RS	1	RS	1
35	X	N/A	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A
36	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RC	1	RC	2
37	RC	2	RC	2	RC	2	RC	2	RC	2	RS	1
38	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
39	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1
40	X	N/A	X	N/A	X	N/A	RS	1	RS	1	X	N/A
41	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A
42	RC	2	RC	2	RC	2	RC	2	X	N/A	X	N/A
43	RS	1	RS	1	RS	1	RS	1	X	N/A	X	N/A

Apêndice E – Nível de aplicação GRI

Nível de aplicação GRI (A-Abrangente; E-Essencial)						
Empresa nº	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	N/A	N/A	E	E	A	A
2	A	A	A	A	A	A
3	A	A	A	A	A	A
4	N/A	N/A	N/A	E	E	E
5	E	E	E	E	E	E
6	A	A	A	A	A	N/A
7	E	E	E	E	N/A	E
8	E	E	E	E	E	E
9	E	E	E	E	E	E
10	E	E	E	E	E	E
11	E	E	E	E	A	A
12	E	E	E	E	E	E
13	E	E	E	E	E	N/A
14	A	A	A	A	A	A
15	A	A	A	A	A	A
16	E	E	E	E	N/A	N/A
17	A	A	A	A	A	A
18	E	E	E	N/A	N/A	N/A
19	E	E	E	E	N/A	N/A
20	E	E	E	E	N/A	N/A
21	N/A	N/A	E	E	E	E
22	E	E	E	E	N/A	N/A
23	E	E	E	E	E	E
24	E	E	E	E	E	E
25	E	E	E	E	N/A	N/A
26	E	E	E	E	E	E
27	N/A	N/A	E	E	E	E
28	E	E	E	A	A	A
29	N/A	N/A	E	E	E	E
30	E	N/A	N/A	E	E	A
31	A	A	A	A	A	A
32	A	A	A	N/A	A	N/A
33	E	E	E	E	E	N/A
34	N/A	N/A	N/A	E	E	A
35	N/A	E	E	E	E	N/A
36	E	E	E	E	E	E
37	E	E	E	E	E	E
38	E	E	E	E	E	E
39	A	A	A	A	A	A
40	N/A	N/A	N/A	E	E	N/A
41	E	E	E	E	E	N/A
42	E	E	E	E	N/A	N/A
43	A	A	A	A	N/A	N/A

Apêndice F - Análise da divulgação de indicadores do desempenho económico (2020)

Empresas	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	DE (Total)	Índice
ALTRI	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	5	38%
Corticeira Amorim	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	6	46%
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Galp Energia	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	12	92%
Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	11	85%
Mota-Engil	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	4	31%
NOS	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	6	46%
REN	1	1	1	1	0	0	1	1		1	1	1	0	9	75%
Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	11	85%
The Navigator Company	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	11	85%
Accenture PT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	12	92%
Águas de Portugal	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	31%
APDL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Auchan Portugal	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	5	38%
BONDALTI	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	38%
Brisa	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	11	85%
Carris	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	8	62%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	12	92%
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lipor	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	15%
Luis Simões	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	7	54%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	11	85%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	11	85%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	10	77%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	4	31%
SOVENA	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	4	31%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Unicer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Apêndice G - Análise da divulgação de indicadores do desempenho ambiental (2020)

Empresas	301-1	301-2	301-3	302-1	302-2	302-3	302-4	302-5	303-1	303-2	303-3	303-4	303-5	304-1	304-2	304-3	304-4	305-1	305-2	305-3	305-4	305-5	305-6	305-7	306-1	306-2	306-3	306-4	306-5	307-1	308-1	308-2	DA (Total)	Índice	
ALTRI	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26	81%	
Corticeira Amorim	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	21	66%	
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	100%	
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	32	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	27	84%	
Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	28	88%	
Mota-Engil	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	14	44%
NOS	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	11	34%	
REN	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	18	56%	
Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	27	84%	
The Navigator Company	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	32	100%
Accenture PT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	32	100%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	19	59%	
Águas de Portugal	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	21	66%
APDL	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	15	47%	
APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Auchan Portugal	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	9	28%	
BONDALTI	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	21	66%	
Brisa	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	25	78%	
Carris	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	12	38%	
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EPAL	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	19	59%
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lipor	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	17	53%
Luis Simões	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	19	61%	
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	94%	
Nestlé Portugal	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	81%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	91%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	56%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	13	41%
SOVENA	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	15	47%	
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Unicer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Apêndice H - Análise da divulgação de indicadores do desempenho social (2020)

Práticas laborais

Empresas	401-1	401-2	401-3	402-1	403-1	403-2	403-3	403-4	403-5	403-6	403-7	403-8	403-9	403-10	404-1	404-2	404-3	405-1	405-2	406-1	DS_PL (Total)	Índice
ALTRI	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	90%
Corticeira Amorim	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	15	75%
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	14	100%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%
Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	18	90%
Mota-Engil	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	15	75%
NOS	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	10	50%
REN	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%
Sonae	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	17	85%
The Navigator Company	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19	95%
Accenture PT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%
Águas de Portugal	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	18	90%
APDL	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	13	65%
APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Auchan Portugal	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	90%
BONDALTI	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	15	75%
Brisa	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	16	80%
Carris	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	9	45%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%
Eurest Portugal	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	1	0	1	1	13	65%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lipor	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	16	80%
Luis Simões	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	17	85%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	13	65%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	15	75%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	19	95%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	4	20%
SOVENA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	6	30%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Unicer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Direitos humanos

Empresas	407-1	408-1	409-1	410-1	DS_DH (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0%
CTT	1	1	1	1	4	100%
EDP	1	1	1	1	4	100%
Galp Energia	1	1	1	1	4	100%
Jerónimo Martins	1	1	1	1	4	100%
Mota-Engil	1	1	1	1	4	100%
NOS	0	0	0	0	0	0%
REN	1	1	1	1	4	100%
Sonae	1	1	1	1	4	100%
The Navigator Company	1	1	1	0	3	75%
Accenture PT	1	1	1	1	4	100%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	1	1	0	2	50%
Águas de Portugal	1	0	0	0	1	25%
APDL	0	0	0	0	0	0%
APS	0	0	0	0	0	0%
Auchan Portugal	1	1	1	0	3	75%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	0	0%
Carris	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0%
EPAL	0	1	1	0	2	50%
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0%
Lipor	0	0	0	0	0	0%
Luis Simões	1	1	1	0	3	75%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	4	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	0	3	75%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	4	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	0%
SOVENA	0	0	1	0	1	25%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0%
Unicer	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0%

Sociedade

Empresas	411-1	412-1	412-2	412-3	413-1	413-2	414-1	414-2	415-1	DS_Soc (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	33%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	1	0	0	1	1	3	33%
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8	89%
Jerónimo Martins	0	1	1	1	1	0	1	1	1	7	78%
Mota-Engil	1	0	1	0	1	0	1	0	0	4	44%
NOS	0	0	0	0	1	0	1	0	1	3	33%
REN	0	1	1	1	1	1	1	1	0	7	78%
Sonae	0	1	1	1	1	0	1	0	0	5	56%
The Navigator Company	0	1	1	1	0	0	1	1	1	6	67%
Accenture PT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	1	1	1	1	1	0	0	0	5	56%
Águas de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
APDL	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	22%
APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Auchan Portugal	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4	44%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4	44%
Carris	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	22%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EPAL	0	1	1	1	1	1	0	0	0	5	56%
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lipor	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	22%
Luis Simões	0	0	1	0	1	0	1	1	1	5	56%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Nestlé Portugal	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8	89%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	1	1	0	1	1	1	0	0	1	6	67%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
SOVENA	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	33%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Unicer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Responsabilidade pelo produto

Empresas	416-1	416-2	417-1	417-2	417-3	418-1	419-1	DS RP (Total	Índice
ALTRI	0	0	1	0	0	0	1	2	29%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CTT	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Jerónimo Martins	1	0	1	0	0	0	0	2	29%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	1	1	14%
NOS	0	1	0	1	1	1	1	5	71%
REN	1	1	1	1	1	0	1	6	86%
Sonae	1	0	1	0	0	0	1	3	43%
The Navigator Company	0	0	1	1	1	0	1	4	57%
Accenture PT	1	1	0	0	0	1	1	4	57%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Águas de Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
APDL	1	1	0	0	1	1	1	5	71%
APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Auchan Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
BONDALTI	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Brisa	1	1	0	0	0	1	0	3	43%
Carris	1	0	1	0	0	1	0	3	43%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EPAL	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lipor	1	1	1	1	1	0	1	6	86%
Luis Simões	1	1	0	0	0	1	1	4	57%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	0	0	1	0	0	0	1	2	29%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	1	1	1	0	0	0	0	3	43%
SOVENA	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Unicer	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Apêndice I - Análise da divulgação de indicadores do desempenho económico (2019)

Empresas	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	DE (Total)	Índice
ALTRI	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	5	38%
Corticeira Amorim	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1	0	8	62%
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Galp Energia	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	11	85%
Jerónimo Martins	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	10	77%
Mota-Engil	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8%
NOS	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	6	46%
REN	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	9	69%
Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	11	85%
The Navigator Company	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	11	85%
Accenture PT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	12	92%
Águas de Portugal	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	31%
APDL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
APS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Auchan Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
BONDALTI	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	38%
Brisa	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	11	85%
Carris	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	8	62%
CP Comboios de Portugal	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	7	54%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	12	92%
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lipor	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	15%
Luis Simões	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	8	62%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	11	85%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1	7	54%
SCM Porto	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	10	77%
Secil	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	15%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	4	31%
SOVENA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	8%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	8	62%
Unicer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Apêndice J - Análise da divulgação de indicadores do desempenho ambiental (2019)

Empresas	301-1	301-2	301-3	302-1	302-2	302-3	302-4	302-5	303-1	303-2	303-3	303-4	303-5	304-1	304-2	304-3	304-4	305-1	305-2	305-3	305-4	305-5	305-6	305-7	306-1	306-2	306-3	306-4	306-5	307-1	308-1	308-2	DA (Total)	Índice	
ALTRI	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	24	75%		
Corticeira Amorim	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	17	53%	
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	94%		
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	94%		
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	84%		
Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	28	88%		
Mota-Engil	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	6%		
NOS	0	0	0	1	0	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	11	34%	
REN	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	18	56%	
Sonae	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	25	78%	
The Navigator Company	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	32	100%	
Accenture PT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	94%	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	19	59%	
Águas de Portugal	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	21	68%	
APDL	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	13	41%
AFS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	32	100%	
Auchan Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
BONDALTI	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	21	66%	
Brisa	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	23	72%	
Carris	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	9	28%	
CP Comboios de Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	14	44%		
EPAL	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	19	59%	
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
Hovione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
Lipor	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	13	41%
Luis Simões	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	16	50%		
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	94%	
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	78%	
Portugal Telecom (Alice)	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	88%	
Resíduos do Nordeste	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	7	23%	
SCM Lisboa	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6	19%	
SCM Porto	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	11	34%	
Secil	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	9	28%	
Sonae Sierra	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	13	41%	
SOVENA	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	7	22%	
TMG Automotive	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	6	19%	
TRATOLIXO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	15	47%	
Unicer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	

Apêndice K - Análise da divulgação de indicadores do desempenho social (2019)

Práticas laborais

Empresas	401-1	401-2	401-3	402-1	403-1	403-2	403-3	403-4	403-5	403-6	403-7	403-8	403-9	403-10	404-1	404-2	404-3	405-1	405-2	406-1	DS_PL (Total)	Índice
ALTRI	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	9	45%
Corticeira Amorim	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	6	30%
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	13	65%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	10%
NOS	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	9	45%
REN	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Sonae	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	11	55%
The Navigator Company	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19	95%
Accenture PT	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%
Águas de Portugal	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	18	90%
APDL	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	13	65%
APS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%
Auchan Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
BONDALTI	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	15	75%
Brisa	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	12	60%
Carris	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	8	40%
CP Comboios de Portugal	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	8	40%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lipor	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	9	45%
Luis Simões	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	14	70%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	12	60%
Portugal Telecom (Alice)	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	0	0	0	1	7%
SCM Lisboa	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	17	85%
SCM Porto	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	9	45%
Secil	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	11	55%
Sonae Sierra	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	4	20%
SOVENA	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	3	15%
TMG Automotive	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	25%
TRATOLIXO	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	8	40%
Unicer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Direitos humanos

Empresas	407-1	408-1	409-1	410-1	DS_DH (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0%
CTT	1	1	1	1	4	100%
EDP	1	1	1	1	4	100%
Galp Energia	1	1	1	1	4	100%
Jerónimo Martins	1	1	1	1	4	100%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0%
NOS	1	1	1	0	3	75%
REN	1	1	1	1	4	100%
Sonae	1	1	1	1	4	100%
The Navigator Company	1	1	1	1	4	100%
Accenture PT	1	1	1	1	4	100%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	1	1	0	2	50%
Águas de Portugal	1	0	0	0	1	25%
APDL	0	0	0	0	0	0%
APS	1	1	1	1	4	100%
Auchan Portugal	0	0	0	0	0	0%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	0	0%
Carris	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	1	1	25%
EPAL	0	1	1	0	2	50%
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0%
Lipor	0	0	0	0	0	0%
Luis Simões	1	1	1	0	3	75%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	4	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	0	3	75%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	4	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	0%
SOVENA	0	0	0	0	0	0%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0%
Unicer	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0%

Sociedade

Empresas	411-1	412-1	412-2	412-3	413-1	413-2	414-1	414-2	415-1	DS_Soc (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4	44%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	1	0	0	1	1	3	33%
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8	89%
Jerónimo Martins	0	1	1	1	1	0	1	1	1	7	78%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	1	0	1	0	1	3	33%
REN	0	1	1	1	1	1	1	1	0	7	78%
Sonae	0	1	1	1	1	0	1	0	0	5	56%
The Navigator Company	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8	89%
Accenture PT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	1	1	1	1	1	0	0	0	5	56%
Águas de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
APDL	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	22%
APS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Auchan Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4	44%
Carris	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	22%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	11%
EPAL	0	1	1	1	1	1	0	0	0	5	56%
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lipor	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	22%
Luis Simões	0	0	1	0	1	0	1	1	1	5	56%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Nestlé Portugal	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8	89%
Portugal Telecom (Altice)	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8	89%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	11%
SCM Porto	0	1	0	0	1	0	0	0	1	3	33%
Secil	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
Sonae Sierra	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
SOVENA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	11%
TRATOLIXO	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
Unicer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Responsabilidade pelo Produto

Empresas	416-1	416-2	417-1	417-2	417-3	418-1	419-1	DS_RP (Total)	Índice
ALTRI	0	0	1	0	0	0	1	2	29%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CTT	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Jerónimo Martins	1	0	1	0	0	0	0	2	29%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	1	0	1	1	1	1	5	71%
REN	1	1	1	1	0	0	1	5	71%
Sonae	1	0	1	0	0	0	1	3	43%
The Navigator Company	0	0	1	1	1	0	1	4	57%
Accenture PT	1	1	0	0	0	1	1	4	57%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Águas de Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
APDL	1	1	0	0	1	1	1	5	71%
APS	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Auchan Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
BONDALTI	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Brisa	1	1	0	0	0	1	0	3	43%
Carris	1	0	1	0	0	1	0	3	43%
CP Comboios de Portugal	1	0	1	1	1	1	1	6	86%
EPAL	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Eurest Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lipor	1	1	1	1	1	0	1	6	86%
Luis Simões	1	1	0	0	0	1	1	4	57%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Nestlé Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	1	1	1	1	1	0	0	5	71%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	1	1	14%
Secil	0	1	0	0	0	0	0	1	14%
Sonae Sierra	0	1	1	0	0	0	0	2	29%
SOVENA	0	1	0	0	0	0	0	1	14%
TMG Automotive	1	1	0	0	0	0	1	3	43%
TRATOLIXO	1	0	1	1	0	0	1	4	57%
Unicer	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Vodafone Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0%

Apêndice L - Análise da divulgação de indicadores do desempenho económico (2018)

Empresas	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	DE (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	8%
Corticeira Amorim	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	7	54%
CTT	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	12	92%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Galp Energia	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	11	85%
Jerónimo Martins	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	10	77%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	6	46%
REN	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	9	69%
Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	11	85%
The Navigator Company	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	11	85%
Accenture PT	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11	85%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	12	92%
Águas de Portugal	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	31%
APDL	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	12	92%
APS	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	11	85%
Auchan Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	9	69%
BONDALTI	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	31%
Brisa	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	11	85%
Carris	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	8	62%
CP Comboios de Portugal	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	7	54%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	12	92%
Eurest Portugal	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	6	46%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	23%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	4	31%
Lidl Portugal	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	4	31%
Lipor	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	15%
Luis Simões	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	8	62%
Metro do Porto	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	4	31%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	11	85%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	4	31%
SCM Porto	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	4	31%
Secil	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	15%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	4	31%
SOVENA	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	15%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	8	62%
Unicer	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	9	69%
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%

Apêndice M - Análise da divulgação de indicadores do desempenho ambiental (2018)

Empresas	301-1	301-2	301-3	302-1	302-2	302-3	302-4	302-5	303-1	303-2	303-3	303-4	303-5	304-1	304-2	304-3	304-4	305-1	305-2	305-3	305-4	305-5	305-6	305-7	306-1	306-2	306-3	306-4	306-5	307-1	308-1	308-2	DA (Total)	Índice	
ALTRI	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	21	66%			
Corticeira Amorim	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	16	50%	
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	27	84%		
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	94%		
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	84%		
Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	28	88%	
Mota-Engil	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	16	50%	
NOS	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	11	34%		
REN	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	18	56%	
Sonae	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	25	78%	
The Navigator Company	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	94%	
Accenture PT	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	7	22%		
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	19	59%		
Águas de Portugal	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	21	66%		
APDL	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	13	41%		
APS	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	21	70%	
Auchan Portugal	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	14	44%	
BONDALTI	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	23	72%	
Brisa	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	23	72%	
Carris	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	9	28%	
CP Comboios de Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	14	44%		
EPAL	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	19	59%		
Eurest Portugal	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7	22%	
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	12	38%	
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	7	23%	
Lidl Portugal	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6	19%	
Lipor	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	13	41%	
Luis Simões	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	15	47%		
Metro do Porto	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	14	47%	
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	25	78%		
Nestlé Portugal	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	23	72%	
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	94%	
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	11	34%	
SCM Porto	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	8	25%	
Secil	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	9	28%	
Sonae Sierra	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	13	41%	
SOVENA	0	0	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	14	44%	
TMG Automotive	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	7	22%	
TRATOLIXO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	14	44%	
Unicer	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	19	59%	
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	21	70%	

Apêndice N - Análise da divulgação de indicadores do desempenho social (2018)

Práticas laborais

Empresas	401-1	401-2	401-3	402-1	403-1	403-2	403-3	403-4	403-5	403-6	403-7	403-8	403-9	403-10	404-1	404-2	404-3	405-1	405-2	406-1	DS_PL (Total)	Índice	
ALTRI	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	7	35%	
Corticeira Amorim	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	6	30%	
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%	
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%	
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%	
Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	13	65%	
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	9	45%	
REN	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%	
Sonae	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	11	55%	
The Navigator Company	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	13	65%	
Accenture PT	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	13	65%	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%	
Águas de Portugal	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	18	90%	
APDL	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	13	65%	
APS	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	0	1	13	93%	
Auchan Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%	
BONDALTI	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	15	75%	
Brisa	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	12	63%	
Carris	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	8	40%	
CP Comboios de Portugal	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	8	40%	
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	100%	
Eurest Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	8	40%	
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
Hovione	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	12	60%	
Huf Portuguesa	0	1	0	0	0	0	1	0	-	-	-	-	-	-	1	1	0	1	0	1	6	43%	
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	3	15%	
Lipor	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	9	45%	
Luis Simões	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	10	50%	
Metro do Porto	1	1	0	1	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	0	1	1	1	1	0	7	50%	
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%	
Nestlé Portugal	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	13	65%	
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%	
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
SCM Lisboa	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	9	45%	
SCM Porto	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	9	45%	
Secil	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	11	55%	
Sonae Sierra	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	15%	
SOVENA	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	4	20%	
TMG Automotive	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5%	
TRATOLIXO	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	8	40%	
Unicer	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	4	20%	
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	14	100%	

Direitos humanos

Empresas	407-1	408-1	409-1	410-1	DS_DH (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0%
CTT	1	1	1	0	3	75%
EDP	1	1	1	1	4	100%
Galp Energia	1	1	1	1	4	100%
Jerónimo Martins	1	1	1	1	4	100%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0%
NOS	1	1	1	0	3	75%
REN	1	1	1	1	4	100%
Sonae	1	1	1	1	4	100%
The Navigator Company	1	1	1	1	4	100%
Accenture PT	1	1	1	0	3	75%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	1	1	0	2	50%
Águas de Portugal	1	0	0	0	1	25%
APDL	0	0	0	0	0	0%
APS	0	1	1	1	3	75%
Auchan Portugal	1	1	1	0	3	75%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	0	0%
Carris	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	1	1	25%
EPAL	0	1	1	0	2	50%
Eurest Portugal	1	1	1	1	4	100%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	1	1	0	2	50%
Huf Portuguesa	1	1	1	0	3	75%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0%
Lipor	0	0	0	0	0	0%
Luis Simões	1	1	1	0	3	75%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	4	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	0	3	75%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	4	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	0%
SOVENA	0	0	0	0	0	0%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0%
Unicer	1	1	0	0	2	50%
Vodafone Portugal	1	1	0	1	3	75%

Sociedade

Empresas	411-1	412-1	412-2	412-3	413-1	413-2	414-1	414-2	415-1	DS_Soc (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4	44%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2	22%
CTT	0	0	1	1	1	1	1	1	1	7	78%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8	89%
Jerónimo Martins	0	1	1	1	1	0	1	1	1	7	78%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	1	0	1	0	1	3	33%
REN	0	1	1	1	1	1	1	1	0	7	78%
Sonae	0	1	1	1	1	0	1	0	0	5	56%
The Navigator Company	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8	89%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	1	1	1	1	1	0	0	0	5	56%
Águas de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
APDL	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	22%
APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Auchan Portugal	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4	44%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4	44%
Carris	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	22%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	11%
EPAL	0	1	1	1	0	0	0	0	0	3	33%
Eurest Portugal	0	0	0	1	1	0	0	1	1	4	44%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	22%
Huf Portuguesa	0	1	0	0	0	0	1	1	0	3	33%
Lidl Portugal	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
Lipor	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	22%
Luis Simões	0	0	1	0	1	0	1	1	1	5	56%
Metro do Porto	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	22%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Nestlé Portugal	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8	89%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
SCM Porto	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
Secil	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
Sonae Sierra	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
SOVENA	0	0	0	0	1	0	1	1	0	3	33%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	11%
TRATOLIXO	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
Unicer	0	0	0	0	1	0	1	1	0	3	33%
Vodafone Portugal	0	0	1	1	1	1	1	1	0	6	67%

Responsabilidade pelo produto

Empresas	416-1	416-2	417-1	417-2	417-3	418-1	419-1	DS_RP(Total)	Índice
ALTRI	0	0	1	0	0	0	0	1	14%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CTT	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Jerónimo Martins	1	0	1	0	0	0	0	2	29%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	1	0	1	1	1	1	5	71%
REN	1	1	1	1	0	0	1	5	71%
Sonae	1	0	1	0	0	0	1	3	43%
The Navigator Company	0	0	1	1	1	0	1	4	57%
Accenture PT	0	0	0	0	0	1	1	2	29%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Águas de Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
APDL	1	1	0	0	1	1	1	5	71%
APS	1	1	0	0	0	1	0	3	43%
Auchan Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
BONDALTI	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Brisa	1	1	0	0	0	1	0	3	43%
Carris	1	0	1	0	0	1	0	3	43%
CP Comboios de Portugal	1	0	1	1	1	1	1	6	86%
EPAL	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Eurest Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	1	0	1	0	0	0	2	29%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	1	0	1	14%
Lidl Portugal	1	0	0	0	0	0	0	1	14%
Lipor	1	1	1	1	1	0	1	6	86%
Luis Simões	1	1	0	0	0	1	1	4	57%
Metro do Porto	0	1	1	1	0	0	0	3	43%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0	1	1	14%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	1	1	14%
Secil	0	1	0	0	0	0	0	1	14%
Sonae Sierra	0	1	1	0	0	0	0	2	29%
SOVENA	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
TMG Automotive	0	1	0	0	0	0	0	1	14%
TRATOLIXO	1	0	1	1	0	0	1	4	57%
Unicer	1	1	1	1	1	0	0	5	71%
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%

Apêndice O - Análise da divulgação de indicadores do desempenho económico (2017)

Empresas	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	DE (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	8	62%
CTT	1	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	10	77%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Galp Energia	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	11	85%
Jerónimo Martins	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	10	77%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	6	46%
REN	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	9	69%
Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	11	85%
The Navigator Company	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	10	77%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	15%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	12	92%
APDL	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	12	92%
APS	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	9	69%
Auchan Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	9	69%
BONDALTI	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	31%
Brisa	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	11	85%
Carris	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	9	69%
CP Comboios de Portugal	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	5	38%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Eurest Portugal	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	6	46%
Gestamp Aveiro	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	5	38%
Hovione	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	3	23%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	4	31%
Lipor	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	15%
Luis Simões	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	23%
Metro do Porto	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	4	31%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Portugal Telecom (Altice)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	4	31%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	7	54%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	4	31%
SOVENA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	8%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	10	77%
Unicer	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	9	69%
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%

Apêndice P - Análise da divulgação de indicadores do desempenho ambiental (2017)

Empresas	301-1	301-2	301-3	302-1	302-2	302-3	302-4	302-5	303-1	303-2	303-3	303-4	303-5	304-1	304-2	304-3	304-4	305-1	305-2	305-3	305-4	305-5	305-6	305-7	306-1	306-2	306-3	306-4	306-5	307-1	308-1	308-2	DA (Total)	Índice	
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Corticeira Amorim	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	16	50%
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	0	21	66%		
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	94%	
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	84%	
Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	29	91%
Mota-Engil	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	17	53%	
NOS	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	8	25%		
REN	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	18	56%	
Sonae	1	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	23	72%	
The Navigator Company	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	88%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3%	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	26	87%	
Águas de Portugal	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	93%	
APDL	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	12	38%	
AFS	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	22	73%	
Auchan Portugal	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	14	44%
BONDALTI	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	20	63%	
Brisa	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	23	77%	
Carris	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	13	43%	
CP Comboios de Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	14	47%	
EPAL	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	26	87%	
Eurest Portugal	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	7	22%	
Gestamp Aveiro	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	14	47%	
Hovione	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	12	38%	
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	8	27%		
Lidl Portugal	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6	19%		
Lipor	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	13	41%	
Luis Simões	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	17%	
Metro do Porto	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	13	43%	
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	94%	
Nestlé Portugal	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	24	75%
Portugal Telecom (Alice)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resíduos do Nordeste	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	7	24%		
SCM Lisboa	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	8	25%		
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Secil	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	9	28%	
Sonae Sierra	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	13	41%	
SOVENA	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	7	22%		
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TRATOLIXO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	15	47%	
Unicer	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	19	59%	
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	-	-	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	21	70%	

Apêndice Q - Análise da divulgação de indicadores do desempenho social (2017)

Práticas laborais

Empresas	401-1	401-2	401-3	402-1	403-1	403-2	403-3	403-4	403-5	403-6	403-7	403-8	403-9	403-10	404-1	404-2	404-3	405-1	405-2	406-1	DS_PL (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	6	30%
CTT	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	12	60%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Jerónimo Martins	0	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	9	45%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	9	45%
REN	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Sonae	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	10	50%
The Navigator Company	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	13	65%
Accenture PT	1	0	0	1	1	0	0	0	-	-	-	-	-	-	0	0	1	1	1	1	7	50%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	14	100%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	14	100%
APDL	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	13	65%
APS	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	0	1	13	93%
Auchan Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
BONDALTI	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	7	35%
Brisa	1	1	1	0	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	0	12	86%
Carris	1	1	1	0	0	1	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1	1	1	10	71%
CP Comboios de Portugal	1	1	0	0	0	1	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	1	0	7	50%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	14	100%
Eurest Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	8	40%
Gestamp Aveiro	1	1	1	1	1	1	0	1	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1	0	1	11	79%
Hovione	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	12	60%
Huf Portuguesa	0	1	0	0	0	0	1	0	-	-	-	-	-	-	1	1	0	1	0	1	6	43%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	3	15%
Lipor	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	9	45%
Luis Simões	0	0	0	0	0	1	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	0	1	4	29%
Metro do Porto	1	1	0	1	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	0	8	57%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14	70%
Portugal Telecom (Altice)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	0	0	0	1	7%
SCM Lisboa	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	9	45%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	8	40%
Sonae Sierra	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	15%
SOVENA	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	3	15%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	8	40%
Unicer	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	4	20%
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	14	100%

Direitos humanos

Empresas	407-1	408-1	409-1	410-1	DS_DH (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0%
CTT	0	1	1	0	2	50%
EDP	1	1	1	1	4	100%
Galp Energia	1	1	1	1	4	100%
Jerónimo Martins	1	1	1	0	3	75%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0%
NOS	1	1	1	0	3	75%
REN	1	1	1	1	4	100%
Sonae	1	1	1	0	3	75%
The Navigator Company	1	1	1	1	4	100%
Accenture PT	1	1	1	0	3	75%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	4	100%
Águas de Portugal	1	1	1	1	4	100%
APDL	0	0	0	0	0	0%
APS	0	1	1	1	3	75%
Auchan Portugal	1	1	1	0	3	75%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	0	0%
Carris	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0%
EPAL	1	1	1	1	4	100%
Eurest Portugal	1	1	1	1	4	100%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	1	1	0	2	50%
Huf Portuguesa	1	1	1	0	3	75%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0%
Lipor	0	0	0	0	0	0%
Luis Simões	0	1	1	0	2	50%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	4	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	4	100%
Portugal Telecom (Altice)	0	0	0	0	0	0%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0%
Secil	1	1	1	1	4	100%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	0%
SOVENA	0	0	0	0	0	0%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0%
Unicer	1	1	0	0	2	50%
Vodafone Portugal	1	1	0	1	3	75%

Sociedade

Empresas	411-1	412-1	412-2	412-3	413-1	413-2	414-1	414-2	415-1	DS_Soc (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2	22%
CTT	0	0	1	1	1	1	1	1	0	6	67%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8	89%
Jerónimo Martins	0	0	1	1	1	0	0	0	1	4	44%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	22%
REN	0	1	1	1	1	1	1	1	0	7	78%
Sonae	0	1	1	1	1	0	1	0	0	5	56%
The Navigator Company	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8	89%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	1	1	1	1	1	1	0	0	6	67%
Águas de Portugal	1		1	1	1	1	1	1	1	8	100%
APDL	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	22%
APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Auchan Portugal	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4	44%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4	44%
Carris	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	22%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EPAL	0	1	1	1	1	1	1	0	1	7	78%
Eurest Portugal	0	0	0	1	1	0	0	1	1	4	44%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	22%
Huf Portuguesa	0	1	0	0	0	0	1	1	0	3	33%
Lidl Portugal	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
Lipor	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	22%
Luis Simões	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	11%
Metro do Porto	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	22%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Portugal Telecom (Altice)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	1	1	0	1	0	1	0	1	5	56%
Sonae Sierra	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
SOVENA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
Unicer	0	0	0	0	1	0	1	1	0	3	33%
Vodafone Portugal	0	0	1	1	1	1	1	1	0	6	67%

Responsabilidade pelo produto

Empresas	416-1	416-2	417-1	417-2	417-3	418-1	419-1	DS_RP(Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CTT	1	1	1	1	0	1	1	6	86%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Jerónimo Martins	1	0	1	0	0	0	0	2	29%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	1	0	1	1	1	1	5	71%
REN	1	1	1	1		0	1	5	83%
Sonae	1	0	1	0	0	0	1	3	43%
The Navigator Company	0	0	1	1	1	0	1	4	57%
Accenture PT	0	0	0	0	0	1	1	2	29%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
APDL	1	1	0	0	1	1	0	4	57%
APS	1	1	0	0	0	1	0	3	43%
Auchan Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
BONDALTI	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Brisa	1	1	0	0	0	1		3	50%
Carris	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
CP Comboios de Portugal	1	0	1	0	1	0	1	4	57%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Eurest Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	1	0	1	0	0	0	2	29%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	1	0	1	14%
Lidl Portugal	1	0	0	0	0	0	0	1	14%
Lipor	1	1	1	1	1	0	1	6	86%
Luis Simões	0	0	0	0	1	0	1	2	29%
Metro do Porto	0	0	1	1	0	0	0	2	29%
Metropolitano de Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Portugal Telecom (Altice)	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0	1	1	14%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	0	1	1	0	0	0	0	2	29%
SOVENA	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	0	1	1	0	0	1	4	57%
Unicer	1	1	1	1	1	0	0	5	71%
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%

Apêndice R - Análise da divulgação de indicadores do desempenho económico (2016)

Empresas	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	DE (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	8	62%
CTT	1	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	10	77%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Galp Energia	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	92%
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
REN	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	9	69%
Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	11	85%
The Navigator Company	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	11	85%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
APDL	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	11	85%
APS	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	9	69%
Auchan Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	9	69%
BONDALTI	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	31%
Brisa	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	11	85%
Carris	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	5	38%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Eurest Portugal	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	6	46%
Gestamp Aveiro	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	6	46%
Hovione	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	6	46%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1	4	31%
Lidl Portugal	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8%
Lipor	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	31%
Luis Simões	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	23%
Metro do Porto	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	3	23%
Metropolitano de Lisboa	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0	7	54%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Portugal Telecom (Altice)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	4	31%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	7	54%
Sonae Sierra	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	8	62%
SOVENA	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	15%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	10	77%
Unicer	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	9	69%
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%

Apêndice S - Análise da divulgação de indicadores do desempenho ambiental (2016)

Empresas	301-1	301-2	301-3	302-1	302-2	302-3	302-4	302-5	303-1	303-2	303-3	303-4	303-5	304-1	304-2	304-3	304-4	305-1	305-2	305-3	305-4	305-5	305-6	305-7	306-1	306-2	306-3	306-4	306-5	307-1	308-1	308-2	DA (Total)	Índice	
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Corticeira Amorim	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	16	50%	
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	22	69%		
EDP	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	84%		
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	84%		
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Mota-Engil	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	15	47%	
NOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
REN	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	18	56%	
Sonae	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	24	75%	
The Navigator Company	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	91%	
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	26	87%	
Águas de Portugal	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	97%	
APDL	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	12	38%	
AFS	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	22	73%
Auchan Portugal	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	14	44%
BONDALTI	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	15	50%	
Brisa	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	23	77%	
Carris	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CP Comboios de Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	14	47%	
EPAL	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	26	87%
Eurest Portugal	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	7	22%
Gestamp Aveiro	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	14	47%	
Hovione	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	11	34%	
Huf Portuguesa	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	-	-	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	8	27%	
Lidl Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6	19%	
Lipor	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	24	80%
Luis Simões	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	17%
Metro do Porto	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	13	43%	
Metropolitano de Lisboa	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	14	47%	
Nestlé Portugal	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	24	75%	
Portugal Telecom (Alice)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resíduos do Nordeste	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	7	23%	
SCM Lisboa	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	7	23%	
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Secil	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	9	28%	
Sonae Sierra	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	16	53%	
SOVENA	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	12	38%	
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TRATOLIXO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	15	47%	
Unicer	1	0	1	1	0	1	1	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	18	60%	
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	21	70%	

Apêndice T - Análise da divulgação de indicadores do desempenho social (2016)

Práticas laborais

Empresas	401-1	401-2	401-3	402-1	403-1	403-2	403-3	403-4	403-5	403-6	403-7	403-8	403-9	403-10	404-1	404-2	404-3	405-1	405-2	406-1	DS_PL (Total)	Índice	
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
Corticeira Amorim	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	6	30%
CTT	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	12	60%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	14	70%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	14	70%
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
REN	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	14	70%
Sonae	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	10	50%
The Navigator Company	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	13	65%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	14	100%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	14	100%
APDL	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	13	65%
APS	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	0	1	1	13	93%
Auchan Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	14	70%
BONDALTI	0	0	0	0	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	0	0	0	0	0	0	5	36%
Brisa	1	1	1	0	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	0	12	86%
Carris	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	1	1	0	0	0	1	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	1	0	0	7	50%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	14	100%
Eurest Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	8	40%
Gestamp Aveiro	1	1	1	1	1	1	0	1	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1	1	1	1	12	86%
Hovione	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	9	45%
Huf Portuguesa	1	1	1	1	1	1	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1	1	1	1	11	79%
Lidl Portugal	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	7	35%
Lipor	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	0	13	93%
Luis Simões	0	0	0	0	0	1	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	0	1	1	4	29%
Metro do Porto	1	1	0	1	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	0	0	8	57%
Metropolitano de Lisboa	1	1	0	0	1	1	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	1	1	1	9	64%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	14	70%
Portugal Telecom (Altice)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	0	0	0	0	1	7%
SCM Lisboa	1	1	0	1	0	1	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	1	0	8	57%	
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	8	40%	
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	1	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1	0	0	5	36%	
SOVENA	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	4	20%	
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	8	40%	
Unicer	1	0	0	0	0	1	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	0	0	4	29%	
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	14	100%

Direitos humanos

Empresas	407-1	408-1	409-1	410-1	DS_DH (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0%
CTT	0	1	1	0	2	50%
EDP	1	1	1	0	3	75%
Galp Energia	1	1	1	1	4	100%
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0%
REN	1	1	1	1	4	100%
Sonae	1	1	1	0	3	75%
The Navigator Company	1	1	1	1	4	100%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	0	1	3	75%
Águas de Portugal	1	1	1	1	4	100%
APDL	0	0	0	0	0	0%
APS	0	1	1	1	3	75%
Auchan Portugal	1	1	1	0	3	75%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	0	0%
Carris	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0%
EPAL	1	1	0	1	3	75%
Eurest Portugal	1	1	1	1	4	100%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	1	1	0	2	50%
Huf Portuguesa	1	1	1	0	3	75%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0%
Lipor	0	0	0	0	0	0%
Luis Simões	0	1	1	0	2	50%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	0	0	0	0	0	0%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	4	100%
Portugal Telecom (Altice)	0	0	0	0	0	0%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0%
Secil	1	1	1	1	4	100%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	0%
SOVENA	0	0	0	0	0	0%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0%
Unicer	1	1	0	0	2	50%
Vodafone Portugal	1	1	0	1	3	75%

Sociedade

Empresas	411-1	412-1	412-2	412-3	413-1	413-2	414-1	414-2	415-1	DS_Soc (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2	22%
CTT	0	0	0	0	1	1	0	1	0	3	33%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8	89%
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
REN	0	1	1	1	1	1	1	1	0	7	78%
Sonae	0	1	1	1	1	0	1	0	0	5	56%
The Navigator Company	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8	89%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	1	1	1	1	1	1	0	0	6	67%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
APDL	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	22%
APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Auchan Portugal	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4	44%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4	44%
Carris	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EPAL	0	1	1	1	1	1	1	0	0	6	67%
Eurest Portugal	0	0	0	1	1	0	0	1	1	4	44%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
Lipor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Luis Simões	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	11%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	11%
Metropolitano de Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Portugal Telecom (Altice)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	1	1	0	1	0	1	0	1	5	56%
Sonae Sierra	0	0	0	0	1	0	1	0	1	3	33%
SOVENA	0	0	0	0	1	0	1	1	0	3	33%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
Unicer	0	0	0	0	1	0	1	1	0	3	33%
Vodafone Portugal	0	0	1	1	1	1	1	1	0	6	67%

Responsabilidade pelo produto

Empresas	416-1	416-2	417-1	417-2	417-3	418-1	419-1	DS_RP(Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CTT	1	1	1	1	0	1	1	6	86%
EDP	1	0	1	0	0	1	1	4	57%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
REN	1	1	1	1	0	0	1	5	71%
Sonae	1	0	1	0	0	0	1	3	43%
The Navigator Company	0	0	1	1	1	0	1	4	57%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
APDL	1	1	0	0	1	1	1	5	71%
APS	1	1	0	0	0	1	0	3	43%
Auchan Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
BONDALTI	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Brisa	1	1	0	0	0	1	0	3	43%
Carris	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	1	0	1	0	1	0	1	4	57%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Eurest Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	1	1	14%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	1	0	0	0	0	0	0	1	14%
Lipor	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Luis Simões	0	0	0	0	1	0	1	2	29%
Metro do Porto	0	0	0	1	0	0	0	1	14%
Metropolitano de Lisboa	1	0	0	0	0	1	0	2	29%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Portugal Telecom (Altice)	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	1	1	0	1	0	0	0	3	43%
SOVENA	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	0	1	1	0	0	1	4	57%
Unicer	1	1	1	1	1	0	0	5	71%
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%

Apêndice U - Análise da divulgação de indicadores do desempenho económico (2015)

Empresas	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	DE (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	31%
CTT	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	9	69%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Galp Energia	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	92%
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
REN	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	9	69%
Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	11	85%
The Navigator Company	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	38%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	12	92%
APDL	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	7	54%
APS	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	8	62%
Auchan Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	10	77%
BONDALTI	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	15%
Brisa	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	11	85%
Carris	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	5	38%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Eurest Portugal	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	6	46%
Gestamp Aveiro	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	6	46%
Hovione	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	6	46%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1	4	31%
Lidl Portugal	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8%
Lipor	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	31%
Luis Simões	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	23%
Metro do Porto	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Metropolitano de Lisboa	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0	7	54%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	4	31%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	1	1	0	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	7	54%
SOVENA	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	15%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	11	85%
Unicer	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	1	0	9	69%
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	100%

Apêndice V - Análise da divulgação de indicadores do desempenho ambiental (2015)

Empresas	301-1	301-2	301-3	302-1	302-2	302-3	302-4	302-5	303-1	303-2	303-3	303-4	303-5	304-1	304-2	304-3	304-4	305-1	305-2	305-3	305-4	305-5	305-6	305-7	306-1	306-2	306-3	306-4	306-5	307-1	308-1	308-2	DA (Total)	Índice	
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Corticeira Amorim	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	13	41%	
CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	22	69%		
EDP	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	84%	
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	84%	
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Mota-Engil	1	0	0	1	1	-	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	0	0	0	0	1	0	0	0	0	-	-	7	25%		
NOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
REN	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	18	56%	
Sonae	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	24	75%	
The Navigator Company	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	91%	
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	26	87%	
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	100%	
APDL	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	16	53%	
AFS	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	12	40%	
Auchan Portugal	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	1	-	-	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	13	43%	
BONDALTI	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	11	37%	
Brisa	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	23	77%	
Carris	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CP Comboios de Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	14	47%	
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	27	90%
Eurest Portugal	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	7	22%
Gestamp Aveiro	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	14	47%	
Hovione	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	11	34%	
Huf Portuguesa	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	-	-	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	8	27%	
Lidl Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	6	19%	
Lipor	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	24	80%
Luis Simões	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	17%	
Metro do Porto	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	26	100%	
Metropolitano de Lisboa	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	14	47%	
Nestlé Portugal	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	-	-	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	22	73%	
Portugal Telecom (Alice)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	100%	
Resíduos do Nordeste	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	7	23%	
SCM Lisboa	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	7	23%	
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sonae Sierra	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	17	57%	
SOVENA	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	12	40%	
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TRATOLIXO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	-	-	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	15	50%		
Unicer	0	0	1	1	0	1	1	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	18	60%	
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	-	-	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	21	70%	

Apêndice X - Análise da divulgação de indicadores do desempenho social (2015)

Práticas laborais

Empresas	401-1	401-2	401-3	402-1	403-1	403-2	403-3	403-4	403-5	403-6	403-7	403-8	403-9	403-10	404-1	404-2	404-3	405-1	405-2	406-1	DS_PL (Total)	Índice	
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
Corticeira Amorim	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	8	40%
CTT	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	13	65%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	14	70%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	14	70%
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Mota-Engil	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
REN	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	14	70%
Sonae	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	10	50%
The Navigator Company	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	11	55%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	14	100%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	14	100%
APDL	1	1	1	0	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	13	93%
APS	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	0	1	1	1	13	93%
Auchan Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	14	70%
BONDALTI	1	0	1	0	1	1	0	0	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	0	0	0	8	57%
Brisa	1	1	1	0	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	0	0	12	86%
Carris	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	1	1	0	0	0	1	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	1	0	0	7	50%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	14	100%
Eurest Portugal	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	8	40%
Gestamp Aveiro	1	1	1	1	1	1	0	1	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1	1	1	1	12	86%
Hovione	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	9	45%
Huf Portuguesa	1	1	1	1	1	1	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1	1	1	1	11	79%
Lidl Portugal	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	7	35%
Lipor	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	0	13	93%
Luis Simões	0	0	0	0	0	1	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	0	1	1	4	29%
Metro do Porto	1	1	-	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	0	12	92%
Metropolitano de Lisboa	1	1	0	0	1	1	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	1	1	1	9	64%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	14	100%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	14	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	0	0	0	0	1	7%
SCM Lisboa	1	1	0	1	0	1	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	1	0	8	57%	
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	1	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1	0	0	0	4	29%
SOVENA	0	0	0	0	0	1	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	1	0	0	0	4	29%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	1	1	0	1	1	0	1	-	-	-	-	-	-	1	0	1	0	0	0	0	8	57%
Unicer	1	0	0	0	0	1	0	0	-	-	-	-	-	-	1	0	0	0	0	0	0	3	21%
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	14	100%

Direitos humanos

Empresas	407-1	408-1	409-1	410-1	DS_DH (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0%
CTT	0	1	1	0	2	50%
EDP	1	1	1	0	3	75%
Galp Energia	1	1	1	1	4	100%
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0%
REN	1	1	1	1	4	100%
Sonae	1	1	1	0	3	75%
The Navigator Company	0	0	0	0	0	0%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	0	1	3	75%
Águas de Portugal	1	1	1	1	4	100%
APDL	1	1	1	1	4	100%
APS	0	1	1	1	3	75%
Auchan Portugal	1	1	1	0	3	75%
BONDALTI	0	0	0	0	0	0%
Brisa	0	0	0	0	0	0%
Carris	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0%
EPAL	1	1	0	1	3	75%
Eurest Portugal	1	1	1	1	4	100%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	1	1	0	2	50%
Huf Portuguesa	1	1	1	0	3	75%
Lidl Portugal	0	0	0	0	0	0%
Lipor	0	0	0	0	0	0%
Luis Simões	0	1	1	0	2	50%
Metro do Porto	0	0	0	0	0	0%
Metropolitano de Lisboa	0	0	0	0	0	0%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	4	100%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	4	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	0	0	0	0	0	0%
SOVENA	0	0	0	0	0	0%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	0	0%
Unicer	1	1	0	0	2	50%
Vodafone Portugal	1	1	0	1	3	75%

Sociedade

Empresas	411-1	412-1	412-2	412-3	413-1	413-2	414-1	414-2	415-1	DS_Soc (Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
CTT	0	0	0	0	1	1	0	1	0	3	33%
EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8	89%
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	-	-	-	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
REN	0	1	1	1	1	1	1	1	0	7	78%
Sonae	0	1	1	1	1	0	1	0	0	5	56%
The Navigator Company	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4	44%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	0	1	1	1	1	1	1	0	0	6	67%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
APDL	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8	89%
APS	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	22%
Auchan Portugal	0	0	1	0	1	1	1	1	0	5	56%
BONDALTI	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	11%
Brisa	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4	44%
Carris	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
EPAL	0	1	1	1	1	1	1	0	0	6	67%
Eurest Portugal	0	0	0	1	1	0	0	1	1	4	44%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	11%
Lipor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Luis Simões	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	11%
Metro do Porto	0	0	0	0	1	-	-	-	1	2	33%
Metropolitano de Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	0	0	1	1	1	7	78%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	0	0	0	0	1	0	1	0	1	3	33%
SOVENA	0	0	0	0	1	0	1	1	0	3	33%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	22%
Unicer	0	0	0	0	1	0	1	1	0	3	33%
Vodafone Portugal	0	0	1	1	1	1	1	1	0	6	67%

Responsabilidade pelo produto

Empresas	416-1	416-2	417-1	417-2	417-3	418-1	419-1	DS_RP(Total)	Índice
ALTRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CTT	1	1	1	1	0	1	1	6	86%
EDP	1	0	1	0	0	1	1	4	57%
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Jerónimo Martins	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
NOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
REN	1	1	1	1	0	0	1	5	71%
Sonae	1	0	1	0	0	0	1	3	43%
The Navigator Company	0	0	1	1	0	0	1	3	43%
Accenture PT	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Águas de Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
APDL	0	0	1	1	1	1	1	5	71%
APS	1	1	1	1	0	1	0	5	71%
Auchan Portugal	1	1	0	0	1	1	1	5	71%
BONDALTI	1	0	1	0	0	0	1	3	43%
Brisa	1	1	0	0	0	1	0	3	43%
Carris	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
CP Comboios de Portugal	1	0	1	0	1	0	1	4	57%
EPAL	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Eurest Portugal	1	1	0	0	0	0	0	2	29%
Gestamp Aveiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Hovione	0	0	0	0	0	0	1	1	14%
Huf Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Lidl Portugal	1	0	0	0	0	0	0	1	14%
Lipor	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Luis Simões	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Metro do Porto	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Metropolitano de Lisboa	1	0	0	0	0	1	0	2	29%
Nestlé Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Portugal Telecom (Altice)	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Resíduos do Nordeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
SCM Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Secil	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Sonae Sierra	1	1	0	1	0	0	0	3	43%
SOVENA	1	1	0	0	1	0	0	3	43%
TMG Automotive	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TRATOLIXO	1	1	1	1	1	1	1	7	100%
Unicer	1	1	1	1	1	0	0	5	71%
Vodafone Portugal	1	1	1	1	1	1	1	7	100%